

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

NARAIANA INEZ NORA

O PARADOXO DO DEBATE SOBRE POLÍTICA SOCIAL E FAMÍLIA: UMA
PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 24/03/08


Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

FLORIANÓPOLIS
2007/2

NARAIANA INEZ NORA

**O PARADOXO DO DEBATE SOBRE POLÍTICA SOCIAL E FAMÍLIA: UMA
PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina, como
requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Proffª. Drª. Beatriz
Augusto de Paiva

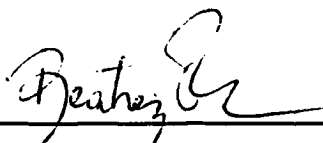
FLORIANÓPOLIS

2007/2

**O PARADOXO DO DEBATE SOBRE POLÍTICA SOCIAL E FAMÍLIA: UMA
PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA**

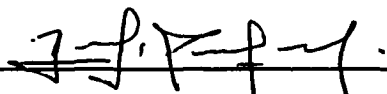
**Trabalho de conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas
do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa
Catarina.**

BANCA EXAMINADORA:




Prof.ª Dr.ª Beatriz Augusto de Paiva

**Departamento de Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora**



Prof. Dr. Valdir José Rampinelli

**Departamento de História – Universidade Federal de Santa Catarina
1º Examinador**



Prof.ª Dr.ª Regina Célia Tamaso Mioto

**Departamento de Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina
2ª Examinadora**

Florianópolis, Março de 2008.

Para todos e vocés:

*A todo, a todos, a cuantos no conozco,
a cuantos nunca oyeron este nombre,
a los que viven a lo largo de nuestros largos ríos,
al pie de los volcanes, a la sombra
sulfúrica del cobre, a pescadores y labriegos,
a indios azules en la orilla de lagos
centelleantes como vidrios,
al zapatero que a esta hora interroga
clavando el cuero con antiguas manos,
a ti, al que sin saberlo me ha esperado,
yo pertenezco y reconozco y canto.
(Pablo Neruda)*

AGRADECIMENTOS

Agradecer...

Expressar o inexpressível.

Sentimentos espessos, profundos... Da epiderme ao fundo!

Aos reais e aos não tão concretos. Constantes, imprecisos, presentes e ausentes...

Mas que foram sol, brisa, pão e cor!

Aos meus pais, pela fé, sacrifício, amor e a vida. À minha mãe, pelas noites veladas, pela dificuldade das horas desprendidas, por doar-se tanto ao ponto de fazer da sua existência meu motivo de vitória. Ao meu pai, por ter sempre a palavra certa nas horas incertas, por acreditar sempre e me fazer esquecer o lado obscuro da vida e ver só as cores. Com vocês sou pássaro novo aprendendo a voar... E o meu amor nunca é o suficiente!

Tiago e Laura, por serem o melhor sinônimo da palavra irmão/irmã: [companheiro(a), camarada, um dos componentes de um par]. Que a vida nos faça sempre mais, sangue que corre na mesma veia.

Aos demais familiares, em especial minhas avós Laura e a eterna Elena, pelo apoio e preocupação, por serem a paz e o afago doce que alimenta a alma.

A minha segunda família: Pati e Ronaldo. Irmãos escolhidos e amados com tamanha força que nada seria tão preciso dizer... À alegria que não se esgota, o cuidado e a proteção incondicionais. Por serem sempre, *o antídoto contra a monotonia*.

Ao meu amor, Cleder. Por ser mais *eu* do que si mesmo. Pela espera, às vezes incerta. Pelo amor, cumplicidade, incentivo e companheirismo. Duas vidas repousantes em uma só sombra. *Que não seja imortal, posto que é chama, mas que seja infinito enquanto dure*. Já não posso sem ti!

Às mulheres da minha vida: Ju (alegria), Dani (afeto), Mi (apego), Dil (refúgio), Lia (ternura), e agora a Edi (carinho). *O sistema é mau, mas minha turma é legal*. Às noites e dias, lugares e bares, risos e colo, olhar e afeição. Por ensinarem que *a medida do amor é amar sem medida*. Este sentimento que nos torna reféns e embriaga o coração... Que sigamos aprisionadas e *borrachas*. Somos um só ser: vocês, a melhor parte de mim! Gracias a la vida, gracias al amor... y hacia la revolución!

A los hermanos, *amigos abrigos, locos lindos de la justicia y bichos voladores de la belleza*: Flaca, Fabi, Cele, Maya, Pablo, Caro, Sole, Brenda, Carla, Leo, Sabri, Laucha y Martin. Pelo acolhimento em outra terra e por fazerem disso uma festa interminável. Aos saberes compartilhados, à alegria e ao desprendimento do afeto. E os momentos vividos... nem uma vida inteira para olvidar.

Aos demais amigos daqui e de lá, sobretudo, aos que sempre esperaram com um abraço terno, um sorriso confortante e a certeza de que sempre há algo pra viver:

Gio (amizade-irmã e confiança), Elisa (alegria estonteante), Edilse e Evandro (estima verdadeira), Laudes (mãe!), Alisson (cuidado e parceria), Ruth (doçura angelical), Pati (compreensão e atenção), Josi e Marcelo (no momento certo, novo com sabor de velho).

À Bia, aprendizado que liberta, norte que é *sul!* Palavra, carinho e doçura. Referencial sempre presente. Por compartilhar seu mundo e o mundo que queremos. *Quero ser igual a você quando crescer.*

À Regina, pelo mérito dos primeiros passos, tão imprecisos e temerosos. Por ter sido amizade e conforto. À ti, o reconhecimento sincero e a eterna gratidão.

Àqueles que pelos corredores ufsquianos, salas de aula e de pesquisa fizeram a diferença: Fernanda, Tati, Telma, Ilana, Yuri, e são tantos mais... Colegas (de curso ou de crítica), professores e mestres.

A *los cumpas* do Instituto de Estudos Latino-Americanos – IELA/UFSC, Nildo, Waldir, Elaine e Leo, por abrirem as portas para que o conhecimento fosse somado e dividido. Por *latinoamericanizar* o debate e mostrar que um novo horizonte é possível.

Aos colegas e amigos do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social – CALISS, especialmente a Marjorie, Jonathan, Arnaldo, Jennifer, Selminha e tantos outros que souberam fazer das incertezas do cotidiano, a firmeza das convicções. À todos, pelo conhecimento, pelo alimentar dos ideais, pelas noites extensas de reunião e cada momento em que dividimos mais do que o movimento estudantil e as lutas, mas as miudezas essenciais de cada vida.

Finalmente, aos que vivem cada dia as peripécias de um mundo em chamas, insistem na ousadia tão sonhada, e sonham ousadamente com o que realmente importa: o amor e a revolução! Sábias palavras de Mario Benedetti:

*“Que a dor não me apague a raiva.
Que a alegria não desarme meu amor.
Que os assassinos do povo engulam
seus molares caninos e incisivos
e se mordam sensatamente o fígado.
Que as grades das celas se tornem de
açúcar ou se curvem de piedade
e meus irmãos possam fazer de novo
o amor e a revolução”.*

*“A crítica não arranca flores imaginárias
dos grilhões para que os homens
suportem os grilhões sem fantasia e consolo,
mas para que se livrem delas
e possam brotar as flores vivas”.*

(Karl Marx)

RESUMO

NORA, Naraiana Inez. **O Paradoxo do Debate sobre Política Social e Família: uma Perspectiva Latino-Americana.** 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso procede da análise da matricialidade sócio-familiar, referencial categorial que orienta os modelos de proteção social na América Latina, visando compreender em que medida essa matriz contribui tornar a política social um mecanismo de socialização do poder e da riqueza produzida coletivamente. Outrossim, se a família impreterivelmente contraiu a condição de sujeito central das políticas sociais cabe indagar sobre o lugar do verdadeiro protagonismo: o popular. Por meio da *latinoamericanização* do debate pretendemos contribuir para a ultrapassagem no lastro da proteção social, da visão moralista e conservadora que atribui à família a responsabilidade pela reprodução da pobreza e subalternização de seus membros e, por conseguinte, desconsidera o direito dos sujeitos. O referencial teórico-metodológico está embasado na perspectiva *materialista-dialética* e os recursos metodológicos adotados consistem na articulação da pesquisa bibliográfica e documental. O método adotado possibilitou analisar os mecanismos histórico-estruturais de dependência e dominação no continente, seu rebatimento na produção e reprodução da força de trabalho e a configuração específica que assume o Estado dependente. Inferiu-se que esta configuração exige a percepção das políticas sociais desde um outro ângulo, desta vez ímpar e imprescindível: sua constituição para além da mera acomodação de conflitos. Permitiu assim, atestar a inviabilidade de pensar a política social, como instrumento exeqüível de transformação social, se o prisma regulador limitar-se à matricialidade sócio-familiar. A apropriação crítica do objeto de estudo indicou a necessidade de pensar em outro referencial categorial para que a política social se transforme em instrumento de socialização de renda e de poder, privilegiando o seu potencial político-emancipatório no lastro da disputa pelo excedente econômico expropriado das massas.

Palavras-chave: América Latina, Política Social, Família.

LISTA DE ABREVIações

BM – Banco Mundial

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

FMI – Fundo Monetário Internacional

IELA – Instituto de Estudos Latino-Americanos

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OLA – Observatório Latino-Americano

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DEPENDÊNCIA E DOMINAÇÃO: A LÓGICA MUNDIAL DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.....	13
2.1. CAPITALISMO DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA: DETERMINANTES FUNDAMENTAIS	15
2.2 ESTRUTURA DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: UMA HIPÓTESE EXPLICATIVA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA	25
3 POLÍTICA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: A CONDIÇÃO PARADOXAL DO DIREITO.....	35
3.1. ESTADO DEPENDENTE E POLÍTICA SOCIAL	36
3.2. MATRICIALIDADE SÓCIO-FAMILIAR: A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA POLÍTICA SOCIAL	44
3.2.1 A Matricialidade Sócio-Familiar na América Latina	44
3.2.2 A centralidade da família na política social brasileira: a crítica necessária desde um outro paradigma	50
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

A conjuntura latino-americana, marcada pelo processo de precarização dos sistemas de proteção social, levado a cabo desde o limiar dos anos 1980, engendrou não só a descaracterização das responsabilidades públicas frente aos direitos historicamente consagrados, mas também a reedição dos esquemas controladores junto aos grupos familiares, em contraposição aos projetos coletivos de transformação social.

Os ditames da modernização do capitalismo infringiram mudanças significativas no desenho das políticas sociais, sobretudo, nas economias periféricas e dependentes, mediante uma agenda de contra-reformas econômicas e políticas. O resultado desse contexto tem refletido assombrosamente nas condições de vida dos povos latino-americanos e na obstaculização da organização das massas na direção de seus interesses soberanos.

Para tanto, desmistificar o caráter fetichizado da política social, ou seja, sua aparência, é prerrogativa para a compreensão do papel que deve (e precisa!) assumir na *América Morena*.

Neste sentido, e no intuito de enriquecer o debate teórico-político, fomentado pelo espaço privilegiado dos estudos e pesquisas genuinamente latino-americanos, nos propomos a investigar uma das matrizes centrais que hoje orientam as políticas de proteção social no continente: a *matricialidade sócio-familiar*¹. Em razão de explícita e contundente orientação dos organismos multilaterais, sabemos que a família impreterivelmente contraiu a condição de sujeito central das políticas sociais ou de princípio matricial para a estruturação dos benefícios e dos serviços, cabe indagar sobre o lugar do verdadeiro protagonismo – o popular, pois ao que parece, está abandonado de vez da agenda de construção pública, dos modelos considerados exemplares pelas agências especializadas. Estão demarcados, portanto, o objeto e a hipótese central desta investigação.

¹ O ano de 1994 é escolhido pela Organização das Nações Unidas - ONU, como o Ano Internacional da Família com o tema *Família, recursos e responsabilidades em um mundo em evolução*, e aponta para a priorização da categoria família nas políticas sociais no intuito de impulsionar a adoção de medidas de melhoria nas condições de existência das famílias. Na América Latina a concretização deste objetivo se visualiza – além do plano governamental propriamente dito – nas elaborações e avaliações efetuadas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, e no nível nacional especificamente, via Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

Cabe destacar a relevância do presente estudo no que tange a centralidade da temática para os profissionais do Serviço Social. Enquanto profissão interventiva, o assistente social vivencia cotidianamente a realidade perturbante daqueles que vivem e sobrevivem como *uma sorte de resíduo social inabsorvível*². Ainda, é notória a vinculação da profissão com os processos de formulação e execução de políticas sociais, do que resulta de vital importância o debate.

Face ao exposto, esse Trabalho de Conclusão de Curso – TCC objetiva analisar a matricialidade sócio-familiar, referencial categorial que orienta os modelos de proteção social na América Latina, visando compreender em que medida essa matriz contribui tornar a política social um mecanismo de socialização do poder e da riqueza produzida coletivamente.

O objetivo central remete a *latinoamericanização* do debate dentro das ciências sociais desenvolvidas desde *el sur*, tendo em vista a necessidade de criar novos horizontes categoriais de análises, desta vez assentados na realidade concreta do continente. Desse modo, buscamos inquirir uma aproximação com outro marco conceitual que possibilite orientar as políticas sociais no continente e no fomento do seu potencial político-emancipatório.

Adicionalmente, pretendemos contribuir para a ultrapassagem no lastro da *proteção social*, da visão moralista e conservadora que atribui à família a responsabilidade pela reprodução da pobreza e subalternização de seus membros e, por conseguinte, desconsidera o direito dos sujeitos, além da já impregnada psicologização do social que incrementa as ações direcionadas à família.

O referencial teórico-metodológico desta investigação está embasado na perspectiva *dialética-materialista*, na qual é fundante a primazia da *historicidade* e da *totalidade* na compreensão dos fenômenos sociais. Sendo assim, partimos do modo de produção capitalista, principalmente direcionado para as particularidades no continente latino-americano, a fim de inquirir seu rebatimento nos sistemas de proteção social e desvelar a expressão fenomênica que arroga a política social na região.

Nessa perspectiva, a proposta de método consta em ordenar os elementos determinantes de um dado conjunto que integra o todo, em seguida reincidir às

² COSTA, 1997, p. 71.

questões expostas analisando-as dentro do marco histórico-social, para enfim assentar a síntese das múltiplas determinações que resultam da investigação (MARX, 1983).

Em termos da investigação propriamente dita, os recursos metodológicos adotados consistem na articulação da pesquisa bibliográfica e documental. As referências teóricas foram cuidadosamente selecionadas a fim de oferecer um leque amplo de abordagens que possibilite a análise dos fenômenos em sua essência. O material documental investigado provém das publicações disponíveis no sítio eletrônico da CEPAL³, entendendo sua importância na América Latina enquanto mecanismo criado para pensar o desenvolvimento sócio-econômico na região. Ademais, dado sua vinculação com os organismos internacionais que ditam os rumos da política social no continente: ONU, Fundo Monetário Internacional – FMI, e Banco Mundial – BM.

Dessa forma, no primeiro momento pretende-se investigar a lógica mundial de acumulação capitalista, atentando para os mecanismos de dependência e dominação na América Latina. A perspectiva teórica adotada está sedimentada na vertente marxista da *Teoria da Dependência*, por meio da qual é possível compreender a constituição e configuração histórica dos determinantes econômicos, políticos e sociais inscritos no continente. Do mesmo modo, esta perspectiva oferece os aportes necessários para o entendimento da estrutura do trabalho e de seus determinantes, fundamental para subsidiar a crítica no bojo das políticas sociais. A base analítica utilizada inclui autores reconhecidos do pensamento latino-americano, como Marini, Fernandes, Ribeiro, Amin, Santos, Frank, bem como o referencial obrigatório Marx e Engels.

No segundo momento abordamos a política social na América Latina, discutindo primeiramente sua singularidade na esteira do Estado Dependente e, posteriormente, adentramos na pesquisa propriamente dita, referente à matricialidade sócio-familiar como matriz orientadora dos distintos sistemas de

³ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e tem sua sede em Santiago, Chile. A CEPAL é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas. Foi criada para coordenar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, coordenar as ações encaminhadas para sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/brasil/>> . Acesso em 11 mar 2008. Página oficial: <<http://www.eclac.cl/>>

proteção social no continente. Dentre as análises utilizadas estão: Netto, Paiva, Ouriques, Carnoy, Abreu, Mito e Carvalho; e no referencial documental obtido na base de dados da CEPAL, os artigos de Arriagada, Serrano e Sojo.

Finalmente, merece destaque explicitar que esse estudo é uma síntese do conhecimento e amadurecimento intelectual oriundos da inserção como bolsista-pesquisadora em dois projetos. O primeiro, intitulado *O processo de construção do espaço profissional do assistente social em contexto multiprofissional: um estudo sobre o Serviço Social na Estratégia Saúde da Família*, sob a orientação da Prof^a Dr^a Regina Mito, no qual o recorte escolhido possibilitou o debate sobre a família na política de saúde, sobretudo, relacionado à investigação da concepção de família.

O segundo projeto, que possibilitou a *latinoamericanização* do debate e corresponde objetivamente à construção do objeto do TCC, refere-se à pesquisa *Família e Participação Popular: Antinomias dos Modelos de Proteção Social na América Latina*, sob a orientação da Prof^a Dr^a Beatriz Paiva. A realização desta se deu no âmbito do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina, IELA/UFSC⁴, que desde 2004, através do Observatório Latino-Americano – OLA, vem se dedicando ao tema das transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na América Latina.

Sem um mapa categorial solidamente assentado na experiência histórica dos povos latino-americanos, a construção coletiva dos direitos sociais, apoiado na participação protagônica dos usuários, será substituída como sempre pelo saber técnico vacilante, hierarquizado, capturado pela pressão *academicista* ou pela versão moralista conservadora imbricada no senso comum. Para tanto, o recorte que se faz corresponde a uma rigorosa opção teórico-metodológica assentada na crítica ao tradicional mimetismo intelectual, ao que Ribeiro (2002) afirma:

Nos faltava uma teoria geral, cuja luz nos tornasse explicáveis em seus próprios termos, fundada na nossa experiência histórica. As orientações oriundas de outros contextos eram todas elas eurocêntricas demais e, por isso mesmo, impotentes para nos fazer inteligíveis. (RIBEIRO, 2002, p. 13).

⁴ O Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IELA/UFSC tem como intuito fomentar iniciativas que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão, expressando o compromisso em revitalizar e intensificar a produção e o intercâmbio de estudos tipicamente latino-americanos, com capacidade de pensar e de encontrar alternativas para as problemáticas afeta à realidade do continente. Trata-se de com isso contribuir para o exame mais amplo e original das grandes problemáticas da região, da disseminação do conhecimento crítico e de uma cultura politicamente engajada com os interesses populares.

2 DEPENDÊNCIA E DOMINAÇÃO: A LÓGICA MUNDIAL DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

O desenvolvimento do capitalismo em escala mundial se processa imbricadamente por meio da conformação de dois blocos de países: os centrais e os periféricos. Por conseqüência, apreender a lógica de acumulação capitalista na perspectiva da totalidade requer pautar nossa análise na relação dialética de interdependência entre estes dois pólos.

O ponto de vista da *historicidade* e da *totalidade*⁵ exige assim entender que estas categorias são imprescindíveis para o deciframento da lógica global de acumulação capitalista. De um lado, por permitirem a explicitação das contradições fundamentais que regem as relações sociais, de outro por atribuírem pleno sentido aos recortes temáticos e/ou temporais (expostos à luz da materialidade crítico-dialética) e, finalmente, por atravessar o horizonte de investigação incorporando-as e tensionando-as.

Seguindo a corrente histórica do sistema mundial de acumulação capitalista, a configuração que ostenta se relaciona com sucessivas etapas do seu desenvolvimento, e suscitam, nos blocos de países, processos históricos distintos e estruturas político-econômicas socialmente determinadas.

Nesta perspectiva, Amin (1979) aduz acerca das diferentes etapas do desenvolvimento do sistema capitalista mundial, sendo que cada uma corresponde a um sistema divergente de relações entre centro e periferia, mas que cumpre funções específicas. A primeira etapa, reporta ao período de constituição do capitalismo, a *pré-história* que se alarga até a revolução industrial (séculos XVIII e XIX), no qual predominou o caráter mercantil dominante do capitalismo. O segundo período diz respeito à expansão do modo de produção capitalista nos países centrais, marcado

⁵ Marx (1983) justifica a necessidade de partir do ponto de vista histórico para compreender a totalidade: "aquilo a que se chama desenvolvimento histórico baseia-se, ao fim e ao cabo, sobre o fato da última forma considerar as formas passadas, como jornadas que levam ao seu próprio grau de desenvolvimento, e dado que ela raramente é capaz de fazer a sua própria crítica, e isto em condições bem determinadas – não estão naturalmente em questão os períodos históricos que consideram a si próprios como épocas de decadência – concebe-as sempre sob um aspecto unilateral. [...] Do mesmo modo que em toda a ciência histórica ou social em geral, é preciso nunca esquecer, a propósito da evolução das categorias econômicas, que o objeto neste caso a sociedade burguesa moderna, é dado, tanto na realidade como no cérebro; não esquecer que as categorias exprimem portanto formas de existência, condições de existência determinadas, muitas vezes simples aspectos particulares desta sociedade determinada, deste objeto, e que, por conseguinte, esta sociedade maneira nenhuma começa a existir, inclusive do ponto de vista científico, somente a partir do momento em que ela está em questão como tal." (MARX, 1983, p. 224)

pela revolução industrial, pelo domínio essencial do novo capital industrial e pelo modo competitivo do mercado capitalista. É o período *clássico* no qual o sistema capitalista está suficientemente constituído, de tal forma que Marx pôde fazer dele seu universo de análise fundamental. A última – e atual – fase, remete ao período imperialista dos monopólios que inicia nos fins do século XIX, e que por dentre sucessivas crises cíclicas tem transformado elementos decisivos do ponto de vista tecnológico, sem contudo alterar minimamente as bases de acumulação tradicionais.

Silva (1974) considera que as análises sobre o imperialismo contidas em *A Acumulação do Capital* de Luxemburgo⁶, representam a primeira aproximação de uma visão totalizante do sistema capitalista mundial, no qual tanto o desenvolvimento dos países centrais dominantes como o processo de subdesenvolvimento dos países e regiões dependentes são abordadas – pela primeira vez e com coerência teórica – como aspectos de um mesmo processo no interior do contraditório desenvolvimento histórico deste sistema.

A través de ese proceso, señala Rosa Luxemburgo, el capital transforma esas formas precapitalistas de producción, las adapta progresivamente a sus necesidades, de manera que 'cuando se dice que el capitalismo vive de formaciones no capitalistas, hay que decir que vive de las ruinas de esas formaciones... Considerada históricamente, la acumulación de capital es un proceso de cambio de materias que se verifica entre la forma de producción capitalista y las precapitalistas. Sin ella, no puede verificarse la acumulación de capital, pero considerada en est aspecto la acumulación se efectúa destrozándolas y asimilándolas. Así pues, ni la acumulación del capital puede realizarse sin las formaciones no capitalistas ni aquellas pueden siquiera mantenerse. La acumulacion sólo puede darse merced a una constante destrucción preventiva de aquéllas'. (SILVA, 1974, p. 255)

Sob esta insígnia, e no horizonte da crítica radical, torna-se imperativo estudar a realidade latino-americana a partir dela mesma, ou seja, frente às particularidades que adota o capitalismo dependente na região. Considerando o objeto desta monografia, cabe afirmar que a discussão da política social – e neste caso em específico quanto às matrizes categoriais que as orientam – só é possível

⁶ A origem da discussão levantada por Luxemburgo (1985), conforme explicitado na apresentação de *A Acumulação do Capital*, deriva da necessidade de compreender o processo total de produção capitalista, colocando o problema da reprodução ampliada do capital em Marx. Algumas questões principais pontuadas pela autora são: "para quem produzem os capitalistas, quando e na medida em que eles mesmos não consomem, mas 'renunciam', isto é, acumulam? Quem realiza portanto a mais-valia em constante crescimento? Num modo de produção não capitalista, a decisão de tornar a reprodução" (LUXEMBURGO, 1985, p. XXXVIII).

na medida em que tomamos como ponto inicial e crucial, sua análise desde a estrutura econômica dependente e periférica.

2.1. CAPITALISMO DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA: DETERMINANTES FUNDAMENTAIS

Desvelar o processo histórico da configuração do modo de produção capitalista na América Latina exige compreender como as relações sociais, remanescentes no bojo do processo de dominação e colonização das nações, reproduzem a lógica de exploração e apropriação da riqueza em escala mundial. Se sabe que o colonialismo introduziu essa lógica, firmando raízes na história dos povos latino-americanos, mas estas se aprofundaram ainda mais em conformidade com os interesses do grande capital.

É nesta esteira, que as nações latino-americanas podem ser consideradas como produtos da *expansão da civilização ocidental*, ou seja, de um modelo moderno de “colonialismo organizado e sistemático. Este colonialismo teve seu início com a ‘conquista’ – espanhola e portuguesa – e adquiriu uma forma mais complexa após a emancipação nacional daqueles países” (FERNANDES, 1998, p. 95).

Semelhante análise oferecem Ouriques e Rampinelli (1999), afirmando que ademais da independência formal nos países da América Latina no século XIX, jamais se rompeu o nexos colonial que orientou seu desenvolvimento nos séculos anteriores:

Dessa forma, a independência dirigida pelas elites crioulas, com maior ou menos participação popular, nunca pôde completar-se e à velha ordem colonial seguiu-se outra que podemos denominar neocolonial. A configuração do estado, da economia e das classes sociais sempre esteve, pois, condicionada pela forma histórica de integração da região à economia mundial. O velho colonialismo foi superado e a dependência afirmou-se de maneira completa [...] transformou-se na única mercadoria que constantemente renovam em negociatas intermináveis no mercado mundial. (OURIQUES; RAMPINELLI, 1999, p. 9).

Em contrapartida, amplo é o número de teorias que explicam o desenvolvimento e o subdesenvolvimento dos países a partir da noção de *atraso* e *progresso* e as tomam como resultantes únicas do desenvolvimento endógeno. Propugnam a idéia de um processo comum de desenvolvimento espontâneo, no

qual o *atraso* é visto como momento primitivo, equivalente a conformação pregressa da história dos países hoje desenvolvidos. Ainda neste raciocínio, as nações *atrasadas* caminhariam inevitavelmente para o desenvolvimento, superando sua condição e atingindo a situação atual das sociedades capitalistas tidas como modelos de ordenamento social, na medida em que cumprissem com os ritos e as receitas já testadas.

Assim é que, aplicados à explicação da pobreza e da riqueza dos povos das Américas, estes esquemas descrevem a prosperidade dos norte-americanos e canadenses como antecipações históricas de um processo comum de desenvolvimento. Tal processo, ainda em curso, estaria afetando, em ritmos distintos, todos os povos americanos e seria conducente a sua homogeneização em algum tempo do futuro. Os Estados Unidos e o Canadá representariam, portanto, paradigmas da evolução sociocultural humana para a qual se estariam encaminhando, mais ou menos tropeçadamente, todos os demais povos do continente. (RIBEIRO, 2007, p. 18).

Essa concepção *darwinista* de desenvolvimento, entre vários equívocos históricos e teóricos, declara uma nítida concepção a-histórica, vez que ignora que o passado e o presente das sociedades periféricas não se assemelham em nada com a história dos países centrais, haja vista que a investigação, conforme nos aponta Frank (1976), demonstra que o subdesenvolvimento não é, senão, em grande parte, produto histórico da economia passada e atual das relações entre os satélites subdesenvolvidos e os atuais países desenvolvidos. Concepção que, de outro ponto de vista, omite um esforço de doutrinação dos países hegemônicos em relação aos periféricos, induzindo a uma de atitude de resignação com a pobreza e de superação natural da sua condição de *atrasados* (RIBEIRO, 2007).

Isso corresponde a uma ideologia que visa a homogeneização histórica em nível mundial para legitimar um sistema estrutural que perpetua “o desenvolvimento de uns à custa do subdesenvolvimento de outros” (AMIN, 1989, p. 201). Neste sentido, a organização colonial em escala mundial, significou, concomitantemente, a ordenação de um sistema de saberes colonizados, de linguagens, e até mesmo do imaginário comum.

Entendendo a sociedade como uma totalidade, nossa crítica reconhece a *Teoria da Dependência* como uma perspectiva crítica que possibilita vislumbrar a realidade latino-americana desde uma relação de interdependência e dominação com os países centrais.

La teoría de la dependencia, surgida en la segunda mitad de la década de 1960-70, representó un esfuerzo crítico para comprender la limitación de un desarrollo iniciado en un período histórico en que la economía mundial ya había sido constituida bajo la hegemonía de enormes grupos económicos y poderosas fuerzas imperialistas. (SANTOS, 1998, p. 6).

Assim, subdesenvolvimento não é ausência de desenvolvimento, ao contrário, ambos são entendidos como partes indissociáveis de um mesmo processo e necessários para o desenvolvimento do capital em escala mundial. A dominação e o acondicionamento da periferia conforme as exigências do centro são resultantes da disposição inerente ao capitalismo: a expansão dos mercados e a exportação do capital. A economia dos países subdesenvolvidos, de acordo com Prado (1957), no que se refere ao sistema internacional do capitalismo e que forma seu essencial, “não se estrutura em bases próprias e nacionais e sim em função de objetivos estranhos que são os dos países dominantes do sistema” (PRADO, 1957 apud SAMPAIO JR., 1999, p. 99).

Do ponto de vista histórico, a dominação externa surgiu como produto do antigo sistema colonial. Inicialmente a monopolização dos mercados latino-americanos foi uma resposta clássica diante da ausência dos recursos necessários para produção dos bens importados. A continuidade da dominação pelo binômio exportação/importação, com a mesma configuração assimétrica de intercâmbio entre as nações no eixo norte-sul, interessava aos setores dominantes, que ora haviam perdido as formas de acumulação do antigo padrão de exploração colonial. A dominação externa era, assim, uma realidade concreta e permanente em termos de processo puramente econômico. Contudo, a dependência deve ser entendida também como uma opção das elites brasileiras, de acordo com Fernandes (1975)

Os efeitos estruturais e históricos dessa dominação foram agravados pelo fato de que os novos controles desempenhavam uma função reconhecida: a manutenção do *status quo* ante da economia, com o apoio e a cumplicidade das ‘classes exportadoras’ (os produtores rurais) e os seus agentes ou os comerciantes urbanos. O esforço necessário para alterar a infra-estrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosos a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial. (FERNANDES, 1975, p. 15).

Ademais, a institucionalização política do poder era realizada com a permanente exclusão das massas e, conseqüentemente, os interesses individualistas das camadas privilegiadas foram tomados como representações dos

interesses supremos da nação, instaurando um tipo violento de coesão interna "para as piores manipulações do exterior" (FERNANDES, 1998, p. 95).

A dependência estrutural, relacionada à espoliação do excedente econômico, determina, além das estruturas de poder e de apropriação econômica, também as instituições e relações educacionais, religiosas, tecnológicas, militares, culturais e de comunicação, o que denota o amplo condicionamento do processo de desenvolvimento nos seus principais aspectos. Neste sentido, Ianni (1988) elucida que "a dependência estrutural corresponde à manifestação concreta, no interior da sociedade subordinada, das relações políticas e econômicas de tipo imperialista" (IANNI, 1988, apud ESTENSSORO, 2003, p. 59).

Três conceitos são centrais para explicar a dialética do desenvolvimento capitalista na América Latina: a *dependência*, o *subimperialismo* e a *superexploração*. Marini é um dos principais autores a abordar tais categorias, aprofundando, principalmente, a tese da *superexploração da força de trabalho*, e que constitui a base de sustentação do sistema capitalista mundial.

Marini (2005), ao analisar as bases sobre as quais se assentam as peculiaridades do sistema capitalista na América Latina, também critica a noção de pré-capitalismo, ou seja, da insuficiência das relações capitalistas para explicar a estrutura da economia no continente, afirmando que mais do que um pré-capitalismo, se refere a um capitalismo *sui generis* que só pode ser compreendido frente ao sistema em seu conjunto.

Por *dependência* entende-se a relação de subordinação entre nações formalmente independentes, própria do modo como o capital e os interesses de seus donos se internacionalizam de maneira cada vez mais intensificada e integrada, na qual a produção dos países subordinados é conduzida de tal maneira que reforce a acumulação de capital nos países centrais e a perpetuação da condição de dominação. De acordo com Sampaio Jr. (1999)

O ponto de partida da problemática do desenvolvimento dependente é que o sistema capitalista mundial é um espaço heterogêneo polarizado em torno de um centro dinâmico – que concentra as economias produtoras de progresso técnico responsáveis pelos impulsos do desenvolvimento – e uma periferia dependente – composta de uma constelação de economias satélites que absorvem, com retardo e de maneira restrita, as transformações difundidas pelos centros hegemônicos. Daí a existência de grandes discrepâncias entre as formas ideais de funcionamento do capitalismo e seu modo real de operação na periferia. (SAMPAIO JR., 1999, p. 89).

Vislumbrar a conformação da América Latina, a partir deste preceito, implica compreender a existência de um processo cuja resolução não está posta em termos de igualdade, exatamente porque se nutre das relações desiguais. Assim, dependência só gera mais dependência de tal maneira que a relação de produção das economias subordinadas assegura a reprodução ampliada do vínculo de dependência, o seu fim, portanto, só pode significar o fim das relações de produção que esta pressupõe, ou seja, do sistema capitalista.

A gênese da dependência é situada por Marini (2005) a partir da divisão internacional do trabalho, datada no início do século XIX. É neste momento que ocorre a integração plena ao mercado mundial e a conseqüente determinação do significado do desenvolvimento posterior da região. Essa divisão internacional do trabalho se estabelece com bases sólidas a partir do surgimento da grande indústria (referindo-se essencialmente à Inglaterra), conforme ressalta Marini (2005)

A criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes, e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional. De fato, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial. (MARINI, 2005, p. 143).

É neste quesito que se desenha o papel principal desempenhado pela América Latina no desenvolvimento da grande indústria: para a Inglaterra investir exclusivamente no desenvolvimento industrial, sem necessitar recorrer à produção de produtos alimentícios na sua totalidade, à América Latina coube mais especificamente essa função. Assim, a região se inscreve na divisão internacional do trabalho com a função própria de produzir os produtos agrícolas que supririam as necessidades de subsistência da força de trabalho nos países metrópoles. Posteriormente, adiciona-se a esta, a produção e oferta de matérias-primas – recursos minerais energéticos – para a indústria em escala mundial. O próprio Marx (1988 apud RAMPINELLI, 1999) chegou a afirmar que, entre outros determinantes, o descobrimento e exploração das jazidas de ouro e prata na América caracterizaram os *alvores da era de produção capitalista*.

Desse modo, a participação da América Latina no mercado mundial foi essencial para deslocar o eixo da acumulação na economia industrial da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, ou seja, possibilitou que a acumulação passasse a “depende mais do aumento da capacidade produtiva do

trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador” (MARINI, 2005, p. 144).

Considerando que a determinação da taxa de mais-valia passa pelo grau de exploração da força de trabalho – relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho socialmente necessário – a redução do valor social das mercadorias deve incidir nos bens necessários a reprodução da força de trabalho, do que resulta a desvalorização dos bens-salários. Assim, o papel desempenhado pela América Latina contribuiu para que se estabelecessem as condições por meio das quais o trabalhador pudesse melhor repor sua força de trabalho nos países industriais. Nestes, as mercadorias de subsistência oferecidas a um preço acessível permitiram a redução do custo real da força de trabalho, possibilitando que o acréscimo da produtividade se transformasse em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas, aumentando a realização da mais-valia na sua forma relativa⁷.

Contudo, aqui se localiza o caráter contraditório da dependência latino-americana. Na medida em que o desenvolvimento da produção latino-americana permite uma mudança qualitativa nos países industriais, funda-se a intensificação e amplificação da exploração da força de trabalho no continente.

A análise de Marini, sedimentada na *superexploração do trabalho*, demonstra como esta se constitui em um mecanismo utilizado pelos capitalistas da periferia para compensar as perdas nas relações econômicas locais e internacionais. A *superexploração* do trabalho na periferia difere daquela que se dá no centro – baseada na produção de mais-valia relativa, na qual a exploração é incrementada pelo barateamento das mercadorias de subsistência dos trabalhadores e pela introdução crescente de tecnologia. Aqui se baseia principalmente na produção de mais-valia absoluta, combinando a abundância da força de trabalho com a transferência da tecnologia poupadora de mão-de-obra já obsoleta nos países centrais.

Ademais, o anacronismo da legislação protetora do trabalho permite a extensão da jornada de trabalho, sobretudo pelo pagamento de salários abaixo do

⁷ Marini a partir da afirmação de Marx sobre o aumento da taxa de lucro a partir do barateamento dos meios de subsistência de primeira necessidade, argumenta que “é mediante o aumento de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional, que a América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão”. (MARINI, 2005, p. 148). Uma das estratégias clássicas de superação destas contradições é, sabemos, o erguimento de sistema de direitos sociais nos países centrais.

valor da força de trabalho necessário a reprodução social do trabalhador (ESTENSSORO, 2003). Destarte, a *superexploração* do trabalho inviabiliza a transição da extração da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, ou seja, prevalecendo a *superexploração* nas relações capital/trabalho e no processo de acumulação de capital na periferia, estão dadas as condições de perpetuação da dependência⁸.

Perpetuação esta que se conforma também na relação entre os pares, isto é, na relação entre os países periféricos, ao que Marini denomina de *subimperialismo*. O *subimperialismo* se refere ao papel que as economias subdesenvolvidas encenam diante das demais economias na mesma situação, e se define a partir de duas bases: a) da reestruturação do sistema mundial, com a nova divisão internacional do trabalho, e b) das leis próprias da economia dependente, tais como a *superexploração* do trabalho, a dissociação das fases do ciclo do capital, a monopolização extrema a favor da indústria suntuária e a integração do capital nacional ao estrangeiro (MARINI, 1980).

A partir da década de 1960, o desenvolvimento da economia brasileira se deu por meio de uma produção industrial direcionada à produção de mercadorias, principalmente àquelas destinadas às classes mais abastadas como, por exemplo, a instalação da indústria automobilística fixada pelo capital estrangeiro. Esta opção fez com que o Brasil passasse a depender economicamente mais ainda da inversão de capital financeiro e da produção industrial das grandes empresas multinacionais que se instalaram no país.

De acordo com Marini (1980), esta dependência acirrou as formas de *superexploração* do trabalho, permitindo que as massas trabalhadoras ficassem excluídas do consumo e do emprego produtivo gerado pela nova fase de acumulação de capital. Entre os anos de 1960 e 1970, o crescimento populacional atingiu mais de 17 milhões de pessoas, criando um exército industrial de reserva e aumentando as taxas de desemprego, fato que justificou a ausência de acesso da população aos produtos industrializados. A nossa pobreza era decorrente do fato de que havia muitos pobres, e não devida do modelo econômico que gerava

⁸ Dada a centralidade que a categoria da *superexploração* do trabalho assume para elucidar a estrutura do trabalho e seus determinantes sociais, abordaremos esta mais minuciosamente no item 1.2 deste capítulo.

necessariamente a imensa massa pauperizada latino-americana. Este cenário levou a indústria brasileira bem como dos demais países da parte sul do continente a primarem centralmente pela produção de bens e produtos destinados à exportação.

A primazia pelo mercado externo, segundo Marini, é uma das características que enreda a região no rol do imperialismo e reproduz, no interior das economias dependentes, o *subimperialismo*. O autor critica pensadores que não aceitavam esse aspecto como característica fundamental da nação imperialista⁹, e alerta para o seu equívoco:

Afirmar que la exportación de productos manufacturados no basta para caracterizar al imperialismo es, desde luego, una perogrullada. Para demostrarla, nuestros críticos no necesitarían siquiera recurrir al ejemplo de las economías industriales clásicas, en su fase preimperialista: les bastaría indicar que uno de los factores queha actuado en favor de la industrialización latinoamericana, en su primera etapa, fue justamente la exportación de manufacturas (MARINI, 1980, p.XIII)

Assim, considerando ainda que um dos traços básicos do imperialismo é a busca por novos mercados, Marini (1980) mostrou que as características aceitas por esses autores na conformação do imperialismo, faziam-se presentes também na conjuntura econômica brasileira, ou seja, a busca por mercados latino-americanos levou o Brasil a uma política de interesse pelo controle das fontes de matérias-primas nos países do continente.

Aqui entra em cena a Petrobrás, convertida em *Brazilian Petroleum*, a qual ingressou no cartel internacional de petróleo e dominou a exploração de ferro e gás na Bolívia, Equador e ex-colônias portuguesas na África, ademais do controle de potencial hidroelétrico no Paraguai, via construção da Itaipu. O desafio central nesta argüição é compreender a lógica de como as empresas transnacionais, ao se instalarem em determinado país, se utilizam da economia e do território dessas

⁹ De acordo com Marini (1980), tais críticos afirmavam que o imperialismo se caracterizava sob outros aspectos, e não podendo desprezar a realidade do expansionismo comercial brasileiro, recorriam inclusive aos escritos de Lenin, contudo, sobre uma interpretação equivocada: "ha sido a partir de esa visión de las cosas como he planteado, para el caso de Brasil, el concepto de subimperialismo. No pudiendo cerrar los ojos al expansionismo comercial brasileño, algunos de los críticos del sistema ya mencionados han buscado tergiversar el problema, recurriendo incluso, sin inhibiciones al mismo Lenin. La exportación de manufacturas - declaran doctamente - no caracteriza al imperialismo; éste se define por el control de fuentes de materias primas, el reparto del mundo y la exportación de capitales. Aún más, agregan: la exportación de manufacturas llevada a cabo por Brasil no responde a problemas de realización creados por el estrechamiento relativo del mercado interno, sino a la necesidad de remunerar al capital extranjero invertido, en forma directa o indirecta, en la economía brasileña" (p. XII). O tema do *subimperialismo* vem sendo discutido por vários autores e trata-se de um assunto controverso. Como não corresponde ao nosso objeto de estudo, não nos aprofundaremos neste debate.

nações para ser base de expansão para outros mercados a serem controlados, exercitando uma lógica de *subimperialismo*. Traspadini e Stedile (2005) elucidam a atualidade do pensamento de Marini, fazendo referência a importância desta categoria nos dias atuais

Essa lógica evidencia o critério de controle dos mercados e de acumulação territorial a ser repatriada aos países hegemônicos, centrais. O subimperialismo sustenta, assim, a nova forma desenvolvida pelo capital internacional para controlar, acumular e se reproduzir de forma ainda mais intensiva e ampliada na América Latina, a partir da implementação das políticas neoliberais consolidadas pelos principais Estados nacionais do continente. (TRASPADINI; STEDILE, 2005, p. 45).

Já em fins do século XIX, dos mais de oitenta países considerados dependentes, Marini (1980) aponta que somente seis apresentavam um PIB (Produto Interno Bruto) no qual um terço era proveniente da produção industrial, o que representava uma industrialização dependente e um maior desenvolvimento dos monopólios e do capital financeiro em estrita conexão com o capital estrangeiro. Entre estes estavam o Brasil, a Argentina e o México, porém o Brasil possuía naquele momento o que Marini denominou da mais pura expressão do *subimperialismo*, nas suas palavras:

Hemos dicho ya, en otras oportunidades, que la concreción histórica del subimperialismo no es una cuestión meramente económica. La existencia de condiciones propicias a su desarrollo no asegura de por sí a un país su conversión en un centro subimperialista. Sin embargo, sí se puede afirmar que el subimperialismo corresponde al surgimiento de puntos intermedios en la composición orgánica del capital a nivel mundial, a medida que éste progresa en la integración de los sistemas de producción, así como a la llegada de una economía dependiente a la fase del monopolio y del capital financiero. Igualmente se puede identificar a Brasil como la más pura expresión del subimperialismo, en nuestros días. (MARINI, 1980, p. XX).

É sabido que a política econômica do *subimperialismo*, no jogo com as demais economias dependentes da região, retrata o modo como os principais países do continente reproduzem no interior de suas economias os mesmos mecanismos de dependência e exploração na relação com os países centrais. Cria, portanto, também as condições estruturais para a *superexploração* do trabalhador, principalmente ao agilizar a ação do exército industrial de reserva e ao favorecer a centralização do capital.

Assim, é evidente que o precário dinamismo do mercado interno de consumo individual não depende das classes de baixa renda, que compreendem a maioria dos trabalhadores, senão do gasto suntuário que realizam os capitalistas e as

classes privilegiadas que participam da distribuição de mais-valia global. Deste modo, a *superexploração* do trabalho contribui para a restrição da realização de mercadorias na economia brasileira, e se apóia basicamente no esquema de realização do *subimperialismo* – exportação, consumo suntuário e demanda estatal (MARINI, 1978).

É desse modo que a dinâmica capitalista na periferia é garantida pela *superexploração* da força de trabalho, através da intensificação dos processos de extração de mais-valia. É a resposta dada à perda de valor produzido por parte dos países dependentes e, portanto, que visa compensar as perdas da troca desigual¹⁰ entre as nações, colocando uma maciça transferência de valor produzido na periferia e apropriado no centro da acumulação mundial, por meio da desregulada remessa de lucros das multinacionais às suas matrizes. Esse movimento, na mesma proporção que a estrutura econômica periférica e dependente do continente determina as relações sociais de produção, cria singularmente a chamada *questão social*, fenômeno sobre o qual o Estado é chamado a intervir por meio das políticas sociais públicas.

Por conseguinte, o que está no centro da nossa configuração da chamada *questão social* é o processo de trabalho tomado nas particularidades que assume no continente latino-americano. Por esta razão, é fundamental compreendermos o fenômeno do ponto de vista da totalidade, revelando a essência do processo de produção e reprodução da vida social, para assim desmistificar a política social no bojo das contradições que são inerentes ao sistema capitalista, dadas principalmente as peculiaridades que o capitalismo dependente engendra na América Latina. Analisar tais peculiaridades é o tema do próximo item.

¹⁰ A despeito da troca desigual, Marini (2005) explica que no plano teórico, o intercâmbio de mercadorias significa a troca de equivalentes, no qual o valor é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário incorporado nas mercadorias. Contudo, na prática há diferentes mecanismos que possibilitam realizar transferência de valor, passando por cima das leis de troca, e que se expressam no modo como se fixam os preços de mercado e de produção das mercadorias. Sendo assim, os países que contam com uma maior produtividade do trabalho podem apresentar preços de produção inferiores aos concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção contribuem para fixar. No caso da transação entre nações que trocam distintas classes de mercadorias (manufaturas e matérias-primas) o fato de umas produzirem bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite às primeiras estabelecer a lei do valor, ou seja, vender seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Disso implica que as nações desfavorecidas cedem gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a preços de produção mais baixo, em função de sua maior produtividade.

2.2 ESTRUTURA DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: UMA HIPÓTESE EXPLICATIVA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Uma categoria econômica só é válida porque congrega em si determinantes político-sociais sobre a realidade concreta. Dessa maneira, evidencia-se a opção teórico-metodológica adotada no trabalho, qual seja a perspectiva da totalidade. Por esta razão, fez-se necessária a demarcação preliminar das categorias *dependência*, *subimperialismo* e *superexploração*, entendendo-as como condicionantes essenciais dos processos sociais referidos dialeticamente às políticas sociais, objeto central da investigação em tela. A advertência a seguir é inspiradora nesta perspectiva de análise.

As categorias econômicas exprimem as 'formas do ser' ou as 'determinações existenciais' do sujeito social apenas na totalidade, que não é um aglomerado de todas as categorias mas dá lugar a uma determinada estrutura dialética, construída do 'poder que tudo domina' e, portanto, daquilo que cria o 'éter do ser', como se exprime Marx. Todas as outras categorias – consideradas isoladamente em si mesmas – exprimem apenas facetas e aspectos parciais, isolados. Portanto, só se as categorias são desenvolvidas dialeticamente e a sua estrutura oferece a articulação interna da estrutura econômica de uma determinada sociedade, só em tal caso cada uma das categorias econômicas consegue o seu autêntico significado, ou seja, torna-se uma categoria concretamente histórica. (KOSIK, 1976, p. 172)

Neste sentido, entendemos que a economia não representa somente a produção de bens materiais, mas fundamentalmente a construção das relações sociais nas qual esta produção se efetiva: o mundo objetivo dos homens e dos seus produtos sociais. Igualmente, conceber a realidade como uma totalidade estruturada significa tomar por base a estrutura econômica como o alicerce fundamental a partir dos quais os indivíduos se constituem ontologicamente como seres sociais.

Portanto, partir da estrutura econômica para compreender a complexidade das relações sociais implica reconhecer a “economia como a estrutura fundamental da objetivação humana, como a ossatura das relações humanas, como o fundamento econômico que determina a superestrutura” (KOSIK, 1976, p.109).

Para tanto, discutir a estrutura do trabalho e seus determinantes sociais impera fundamental para compreensão da produção e reprodução da vida material dos sujeitos sociais, contudo, sem perder de vista como esta se conforma na realidade concreta da América Latina, ou seja, dadas às singularidades do sistema capitalista dependente.

Engels (1876), quando analisa a centralidade do trabalho na transformação do macaco em homem, aponta como a partir do trabalho o homem desenvolve os demais órgãos e os sentidos cognitivos e constrói a relação com os seus¹¹. Nesta linha define o trabalho como a “condição básica e fundamental de toda a vida humana e, em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 1876).

É através da cooperação das mãos, da linguagem e do cérebro que os homens foram aprendendo a executar ações cada vez mais complexas e atingir objetivos cada vez mais elevados, desse modo se aperfeiçoando de geração em geração e agregando novas atividades, conforme relata Engels (1876).

A caça e à pesca veio juntar-se a agricultura, e mais tarde a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política, e com eles o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião. Frente a todas essas criações, que se manifestavam em primeiro lugar como produtos do cérebro e pareciam dominar as sociedades humanas, as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficaram relegadas a segundo plano, tanto mais quanto numa fase muito recuada do desenvolvimento da sociedade (por exemplo, já na família primitiva), a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela. O rápido progresso da civilização foi atribuído exclusivamente à cabeça, ao desenvolvimento e à atividade do cérebro. Os homens acostumaram-se a explicar seus atos pelos seus pensamentos, em lugar de procurar essa explicação em suas necessidades (refletidas, naturalmente, na cabeça do homem, que assim adquire consciência delas). Foi assim que, com o transcurso do tempo, surgiu essa concepção idealista do mundo que dominou o cérebro dos homens, sobretudo a partir do desaparecimento do mundo antigo, e continua ainda a dominá-lo, a tal ponto que mesmo os naturalistas da escola darwiniana mais chegados ao materialismo são ainda incapazes de formar uma idéia clara acerca da origem do homem, pois essa mesma influência idealista lhes impede de ver o papel desempenhado aqui pelo trabalho. (ENGELS, 1876)

Neste sentido, vemos que a história da explicitação do ser social, “objetiva-se através da produção e reprodução da sua existência, ato social que se efetiva pelo

¹¹ “Primeiro o trabalho e, depois dele e com ele a palavra articulada foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi-se transformando gradualmente em cérebro humano — que, apesar de toda sua semelhança, supera-o consideravelmente em tamanho e em perfeição. E na medida em que se desenvolvia o cérebro, desenvolviam-se também seus instrumentos mais imediatos: os órgãos dos sentidos. Da mesma maneira que o desenvolvimento gradual da linguagem está necessariamente acompanhado do correspondente aperfeiçoamento do órgão do ouvido, assim também o desenvolvimento geral do cérebro está ligado ao aperfeiçoamento de todos os órgãos dos sentidos. A vista da águia tem um alcance muito maior que a do homem, mas o olho humano percebe nas coisas muitos mais detalhes que o olho da águia. O cão tem um olfato muito mais fino que o do homem, mas não pode captar nem a centésima parte dos odores que servem ao homem como sinais para distinguir coisas diversas. E o sentido do tato, que o macaco possui a duras penas na forma mais tosca e primitiva, foi-se desenvolvendo unicamente com o desenvolvimento da própria mão do homem, através do trabalho” (ENGELS, 1876).

trabalho” (ANTUNES, 1997, p. 121) e que o diferencia do animal, pois contém em si o caráter de uma ação intencional e planejada.

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, composto pela prévia ideação e objetivação, da qual resultam sempre a transformação da realidade e, conseqüentemente, do indivíduo e da sociedade envolvidos. Engels (1876) elucida que somente o homem pode imprimir sobre a natureza sua vontade, enquanto que aos animais o que lhes cabe é utilizar a natureza e modificá-la pelo simples ato de sua presença, já “o homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho”. Marx (1988) exemplifica essa distinção, fazendo a seguinte analogia

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele constrói o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. (MARX, 1988, p. 142).

Mesmo com o advento do modo de produção capitalista, o processo de trabalho, ou ainda, processo de produzir valores-de-uso¹², não altera sua natureza geral ao ser utilizada em benefício do capitalista, o que significa considerar *a priori* o processo de trabalho independente de qualquer estrutura social determinada (MARX, 2006). Isso porque o processo de produzir mercadorias corresponde a um processo de trabalho que congrega a produção de valores-de-uso, além de valores de troca.

No entanto, no capitalismo o que se altera é a existência da força de trabalho, que é transformada em mercadoria. O capitalista adquire os meios de produção e adiciona a estes elementos mortos constitutivos do produto, a força de trabalho, elemento vivo que comprou. O trabalhador, assim, vende sua força de trabalho, cujo valor-de-uso pertence então ao capitalista. Segundo Marx (2006), do ponto de vista do capitalista, o processo de trabalho nada mais é do que o consumo da mercadoria

¹² Marx resume assim o processo de trabalho: “no processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou”. (MARX, 2006, p. 214).

que adquiriu – a força de trabalho – e que, para tal, necessita da adição aos meios de produção.

A base de acumulação do sistema capitalista se sustenta na exploração que decorre desta relação (capitalista x trabalhador), do que resulta a extração da mais-valia (que corresponde ao trabalho excedente, à diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o valor despendido à sua manutenção), a objetivação do lucro pelo detentor do capital.

Com a inserção da maquinaria, que remonta o século XVI a partir da Revolução Industrial, o que antes era apropriado somente através da mais-valia absoluta (intensificação da jornada de trabalho), passa a ser apropriado também pelo capitalista, por meio da mais-valia relativa, como já dito, decorrente do incremento das taxas de lucro via aumento da produtividade do trabalho com a mecanização.

Marx (2006) inicia o capítulo XIII de *O Capital*, explicando a função que assume a maquinaria no capitalismo

Em sua obra *Principles of political economy*, diz John Stuart Mill: 'é duvidoso que as invenções mecânicas feitas até agora tenham aliviado a labuta diária de algum ser humano'. Não é esse o objetivo do capital, quando emprega maquinaria. Esse emprego, como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais-valia. (MARX, 2006, p. 427)

O surgimento da maquinaria não é em si um instrumento de exploração do trabalhador, antes este seria um aliado ao processo de trabalho, na medida em que diminuiria o tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias. Entretanto, a utilização desta ferramenta pelo capitalista apenas intensifica o trabalho humano, paralelamente a uma remuneração mais abaixo do valor produzido, haja vista que possibilita o aumento da produtividade e do tempo de trabalho excedente, o que significa dizer que aumenta o grau de exploração da força de trabalho.

Neste contexto, a inserção da maquinaria em substituição ao uso da força muscular, viabiliza a incorporação de novos sujeitos como força de trabalho na indústria moderna: as mulheres e as crianças; aumentando o campo de exploração do capital e fragilizando ainda mais as condições de sobrevivência da classe trabalhadora.

O valor da força de trabalho era determinado não pelo tempo de trabalho necessário para manter individualmente o trabalhador adulto, mas pelo necessário à sua manutenção. Lançando a máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira. Assim desvaloriza a força de trabalho do adulto. A compra, por exemplo, de quatro forças de trabalho componentes de uma família talvez custe mais do que a aquisição, anteriormente, da força de trabalho do chefe da família, mas em compensação, se obtém quatro jornadas de trabalho em lugar de uma, e o preço da força de trabalho cai na proporção em que o trabalho excedendo dos quatro ultrapassa o trabalho excedente de um. Quatro têm de fornecer ao capital, não só trabalho, mas também trabalho excedente, a fim de que uma família possa viver. (MARX, 2006, p. 452)

É na esfera das configurações assumidas pelo trabalho na sociedade capitalista que a chamada *questão social* se expressa como a contradição fundamental do modo de produção (relação capital e trabalho), fundada, sobretudo, na apropriação da riqueza gerada socialmente pelo trabalho e apropriada pelos capitalistas, ou nos termos de Iamamoto (2007)

Questão social entendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2007, p. 27)

Neste sentido, a origem da *questão social* (na sua versão clássica) emerge das grandes transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no século XIX na Europa, e intensificada pelo processo de industrialização. Sob esta, reside o fato da tomada de consciência por parte de crescentes parcelas da sociedade de um conjunto de novos problemas ligados às modernas condições do trabalho industrial e da pobreza como um fenômeno socialmente produzido.

Outra definição que amplia a explicação sobre o surgimento da *questão social* decorrente também do conflito político da relação entre capital e trabalho, é a que nos oferece Cerqueira Filho (1982, apud, NETTO, 2006, p. 17), ao afirmar que por *questão social*, se entende “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista”.

Trazendo o debate para a perspectiva latino-americana, pode-se afirmar que a mola propulsora da acumulação nas economias dependentes também está no trabalho submetido ao ordenamento capitalista. Por conseguinte, a *questão social*

assume aqui uma conotação ainda mais perversa por se sustentar numa maior exploração da força de trabalho.

Marini (2005), ao privilegiar a categoria da *superexploração* do trabalhador, coloca no centro da dependência latino-americana o modo como o trabalho adquire relevância no problema colocado pela troca desigual, isto é, como é incapaz de compensar a perda de mais-valia no nível das relações de mercado, a economia dependente busca compensá-la no plano da produção interna, razão pela qual, o aumento da mais-valia, por meio da intensificação do trabalho, deriva de uma maior exploração do trabalhador

Os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. [...] Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro. (MARINI, 2005, p. 156)

O autor ressalta que, nestes três mecanismos, a característica essencial está no fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para a reposição do dispêndio da sua força de trabalho. No caso da intensificação e do prolongamento da jornada de trabalho, o trabalhador é levado a um desgaste de força de trabalho superior ao que deveria investir normalmente, provocando, então, seu esgotamento prematuro. Quanto à expropriação de parte do trabalho necessário para reposição da força de trabalho, ocorre que é retirado deste a possibilidade de consumo do estritamente necessário para conservação de sua própria força de trabalho, ademais a reprodução de sua família. Em outros termos, significa dizer que estes mecanismos derivam numa remuneração muito abaixo do valor do trabalho, e correspondem, portanto, a uma exploração intensa da classe trabalhadora.

Na periferia, diferentemente do que ocorre nos países centrais no qual são tidos como consumidores, os trabalhadores latino-americanos sequer se tornaram sujeitos de consumo. Sendo assim, enquanto a América Latina visa produzir para satisfazer as demandas por super lucros impostas pelo mercado externo, compensando perdas do mercado interno; os países centrais se voltam para o desenvolvimento de relações comerciais desiguais que favoreçam a ampliação seu mercado e da hegemonia internacional. (TRASPADINI; STEDILE, 2005).

Face aos apontamentos, verificamos na América Latina o motivo pelo qual o aprofundamento da *questão social* se funda na relação de dependência entre os países, no que impera uma maior exploração da classe trabalhadora.

As características que sobredeterminam o trabalho no jogo da acumulação de capital em escala mundial evidenciam como os mecanismos de *superexploração* foram acentuados, mediante a lógica natural de espoliação do capital sobre o povo latino-americano, figurados, conforme salienta Traspadini e Stedile (2005), a partir da precarização e vulnerabilidade do mundo do trabalho, tremendamente reconfiguradas nos tempos atuais pela programática *neoliberal*.

Temos, deste modo, o desemprego e o subemprego como expressões atuais da consolidação da *superexploração* do trabalho daqueles que estão no mercado formal. Para aclarar este argumento, é notável a explicitação dos autores

A ampliação do número de trabalhadores superexplorados, sem direitos sociais, ou seja, dos que estão fora do setor formal da economia, transforma absolutamente a relação de exploração sobre os que estão dentro, uma vez que precariza e vulnerabiliza, ainda mais, o mundo do trabalho. (TRASPALDI; STEDILE, 2005, p. 42).

O desemprego estrutural torna-se assim, um dos principais retratos das condições mais desumanas de sobrevivência à que estão submetidos os povos da América Latina, na materialização histórica da concentração da riqueza socialmente produzida de um lado, e a pauperização extrema, de outro.

Antunes (1997), ao discutir as metamorfoses do mundo do trabalho, aponta para a *subproletarização do trabalho*, no intuito de designar uma tendência da precarização da força de trabalho no capitalismo contemporâneo. Por *subproletarização* entende as “formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, ‘terceirizado’, vinculados à ‘economia informal’, entre tantas modalidades existentes” (ANTUNES, 1997, p. 44). Versa, ainda, que estas diversas categorias de trabalhadores compartilham da precariedade do trabalho e da remuneração, da desregulamentação das condições de trabalho, da supressão dos direitos sociais, além da ausência de proteção e representação sindical.

Muito embora as perspectivas teóricas entre Marini e Antunes difiram, podemos apontar algumas aproximações entre as categorias *superexploração* e *subproletarização*. Ambas são conseqüências da centralidade que assume o trabalho na sociedade capitalista; se transmutam num processo que representa

maior exploração da força de trabalho; e se associam a precarização dos direitos sociais.

Contudo, uma advertência cabe aqui. Antunes (1997), ao discorrer sobre o assunto, utiliza como base de análise, a realidade que se apresenta nos países centrais. Nesta linha, cita, a título de exemplo, a redução do número de empregos formais e sua substituição por empregos parciais e temporários, em países como a França, Itália, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. Afirma que os países de capitalismo avançado, na medida em que viram decrescer o número de empregos em tempo completo, se confrontaram com o aumento das formas de *subproletarização*, e que se trata de uma tendência atual dos mercados de trabalho, “reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos” (ANTUNES, 1997, p. 44)

A advertência é necessária se queremos entender como o desemprego estrutural atinge a classe trabalhadora na América Latina. Diferentemente dos países industrializados, em que a *subproletarização* aparece como alternativa para a flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho, com a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, aumentando assim as taxas de mais-valia relativa internas, no nosso continente (conforme exposto anteriormente) isto é consequência do modo de produção capitalista dependente e periférico, que utiliza essencialmente a *superexploração* da força de trabalho com objetivo de servir ao capital mundial e compensar as perdas da taxa de mais-valia impostas pelo intercâmbio desigual.

Nas economias periféricas, as limitações políticas e econômicas impostas às iniciativas de investimento para as inovações tecnológicas não permitem que a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto gerem o excedente necessário à redução do tempo vivo de trabalho e sua maximização, componentes imprescindíveis para a estruturação das políticas sociais de tipo universal. Salama (1998) discorre sobre o reflexo do processo de financeirização do capital nas economias latino-americanas e alega que a insuficiência de investimentos no mercado interno, e a consequente substituição dos bens nacionais pelos importados, se converte, entre outros, na precarização dos empregos.

Todas as modalidades de flexibilização do capital, como as do trabalho [...] são procuradas com intensidades que diferem segundo as pressões. É o que explica que a difusão da organização flexível tenha podido se consolidar, com uma precarização dos empregos, um *turn-over* elevado da mão-de-obra. (SALAMA, 1998, p. 246)

O autor acrescenta que a incorporação de novas técnicas serve de suporte para a flexibilização do trabalho, para as transformações na gestão do trabalho mundializando a valorização do capital em níveis relativos. No entanto, nos países periféricos, a financeirização e a insuficiência de investimentos, dado a obsolescência da indústria e a retirada do Estado, levam a uma valorização insuficiente de capital, desembocando na coexistência de formas de exploração antigas com novas, e na exacerbação da pobreza

A não ser que a taxa de investimento aumente muito, o crescimento da produtividade do trabalho se traduz por uma perda de empregos no setor industrial e no setor de serviços 'modernos'. A economia informal, situada na indústria, se vê confrontada progressivamente com problemas análogos aos da economia formal, na medida em que ela sofre com a desvalorização da moeda e com a sua não-competitividade, apesar dos baixos salários e do não-pagamento de diversos encargos. Para ela, é cada vez mais difícil criar empregos em número suficiente. A economia informal de serviços, então, se desenvolve, mas no segmento de estrita sobrevivência. A exclusão, já considerável, aumenta. A pobreza, que ontem crescia ao ritmo da aceleração da alta dos preços, encontra uma outra fonte para seu desenvolvimento: a insuficiência de empregos criados. (SALAMA, 1998, p. 247).

Logo, as novas formas que assume o trabalho na atualidade, nada mais são que os arranjos que seguidamente se renovam no capitalismo dependente, necessários para o deslocamento da riqueza produzida nos países periféricos para os centrais, por meio da *superexploração* do trabalhador. É nesta relação de subordinação ao mercado mundial, na qual as relações internas de produção atendem aos interesses da acumulação em escala global, que a *questão social* (com suas antigas e novas configurações) se reproduz crescentemente na América Latina, cuja tradução mais límpida e por isso perversa se dá no processo amplificado de pauperização das massas.

Segundo Salama (1998), a lógica da financeirização, e das novas formas de flexibilização que a ela se relacionam nos distintos mercados, revela os limites da concepção liberal das relações entre Estado e mercado nas economias latino-americanas. Entendemos que isto se deve ao fato de que o Estado dependente assume uma conotação ainda mais classista – dentro daquela acepção burguesa de

Estado colocada por Marx¹³ – voltado estritamente aos interesses do grande capital e das elites latino-americanas.

No rol das funções econômicas e políticas do Estado, a política social se inscreve, portanto, como mecanismo de manutenção da ordem vigente, e instrumento acionado na amortização das expressões da *questão social*. Essencial sobre o tema é a análise de Netto (2006)

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista (e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar-se em política social pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista), configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as seqüelas da 'questão social', que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da 'questão social' de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes. (NETTO, 2006, p. 32)

Neste escopo, a classe trabalhadora permanece ainda mais subjugada e considerando que o Estado dependente não cumpre sua função de preservação e controle da força de trabalho, extratos relevantes da população sequer funcionam como exército industrial de reserva, à medida que não são, nem nunca serão, mantida a perpetuação deste sistema, absorvidos pelo mercado de trabalho e do consumo, servindo apenas para alimentar a máquina do capital. À margem da condição de trabalhadores, permanecem na condição de *lupem* e, ainda que considerando a precarização dos direitos sociais, sem o acesso a pouca proteção social que esta condição lhes traria.

Ante o exposto, abordaremos na seção seguinte, o paradoxo do debate sobre a política social e sua orientação matricial na América Latina, atentando para a configuração que ostenta no cerne do Estado dependente, visando assim, fundamentar a crítica desde uma perspectiva latino-americana.

¹³ "O Estado capitalista pode ser caracterizado como comitê para administrar os negócios comuns da burguesia" (MARX; ENGELS, 2002, p. 47).

3 POLÍTICA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: A CONDIÇÃO PARADOXAL DO DIREITO

A *questão social* na América Latina figura como resultado do próprio mecanismo de acumulação que assume o capitalismo na periferia do sistema mundial, conforme abordado no capítulo anterior. Impulsionada pela *superexploração* do trabalhador, permite a intensificação da desigualdade social e de um contingente cada vez mais elevado de trabalhadores, restringidos a condição de reserva de mão-de-obra, e, por conseguinte, a depreciação dos direitos sociais consagrados.

Desmistificar o caráter fetichizado da política social, ou seja, sua aparência, é prerrogativa para a compreensão do papel que deve assumir socialmente, sobretudo frente às massas pauperizadas para as quais deve prioritariamente se voltar. Como exposto, a política social atende a função do Estado burguês de manutenção da ordem vigente, intervindo nas mazelas da questão social – e fragmentando estrategicamente seu enfrentamento – de modo a preservar e controlar a força de trabalho. Com esta configuração classista, negligencia sua dimensão democraticamente estratégica – que nosso entendimento é primordial – de socialização da riqueza socialmente produzida, num primeiro plano, e de socialização do poder, num plano político superior.

Partindo dessa premissa, e no intuito de enriquecer o debate teórico-político numa perspectiva eminentemente latino-americana, pretendemos nesta seção situar o fenômeno – política social – desde a totalidade concreta, ou seja, no modo de produção capitalista e os parâmetros mundiais que assume seu sistema global de acumulação no Estado dependente.

Em sintonia com o projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do IELA/UFSC *Família e Participação Popular: Antinomias dos Modelos de Proteção Social na América Latina*, e como desdobramento deste, será também especialmente discutida uma dimensão bastante incisiva das políticas de proteção social contemporâneas, qual seja: a referência sócio-familiar.

3.1. ESTADO DEPENDENTE E POLÍTICA SOCIAL

As políticas sociais emergem na agenda pública sob a aparência de ações focalizadas e respostas fragmentadas para o enfrentamento das expressões da *questão social*. Estas, enquanto produto do processo de produção e reprodução das relações sociais em dado período histórico, se colocam como alvo da ação estatal, inicialmente, no sentido de amortizadoras da luta da classe operária – pela ameaçava que punham à ordem burguesa – e, em seguida, para atender as demandas decorrentes da reprodução social tipicamente capitalista.

Cabe ressaltar essa dupla dimensão: as políticas sociais são oriundas da contradição inerente ao próprio sistema capitalista em sua fase monopolista, permeada pelos interesses e pressões que as classes sociais desempenham no interior da sociedade e na sua relação com o Estado. De acordo com Paiva e Ouriques (2006)

O primeiro registro histórico-conceitual a ser proposto é a compreensão de que as políticas sociais – conforme uma das formas típicas de intervenção estatal – são originárias não só das transformações determinadas geneticamente no trânsito da fase concorrencial do capitalismo à fase monopolista, ocorrido na passagem do século XIX para o XX, mas, também – em estreita relação com isso – pela dinâmica das lutas políticas que se expressam nos processos de ampliação dos direitos sociais. [...] A captura da luta de classes pela lógica dos ganhos legais no campo das políticas sociais é fruto, portanto, de um incipiente estágio da luta de classes, que precisa ser reconhecido como tal, ainda que a consciência liberal que domina os intelectuais e parte importante dos movimentos sociais tente escamotear tal renúncia como uma conquista da *cidadania*. (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 167)

Não perder esse horizonte é fundamental para compreender o papel das políticas sociais e o seu desenho no continente. Através das políticas sociais, o Estado burguês, por um lado, se legitima junto às classes trabalhadoras ao incorporar algumas demandas sociais e, por outro, junto às classes dominantes ao assegurar as condições adequadas para o desenvolvimento capitalista.

A dimensão da intervenção estatal desempenha suas funções políticas e econômicas ao atuar na preservação e controle da força de trabalho, enquanto, conforme elucida Netto (2006), segue encobrendo sua essência de classe.

No capitalismo dos monopólios, tanto pelas características do novo ordenamento econômico quanto pela consolidação política do movimento operário e pelas necessidades de legitimação política do Estado burguês, a 'questão social' como que se internaliza na ordem econômico-política: não é apenas o acréscido excedente que chega ao exército industrial de reserva

que deve ter a sua manutenção 'socializada'; não é somente a preservação de um patamar aquisitivo mínimo para as categorias afastadas do mundo do consumo que se põe como imperiosa; não são apenas os mecanismos que devem ser criados para que se dê a distribuição, pelo conjunto da sociedade, dos ônus que asseguram os lucros monopolistas – é tudo isto que, caindo no âmbito das condições gerais para a produção capitalista monopolista (condições externas e internas, técnicas, econômicas e sociais), articula o enlace, já referido, das funções econômicas e políticas do Estado burguês capturado pelo capital monopolista, com a efetivação dessas funções se realizando ao mesmo tempo em que o Estado continua ocultando a sua essência de classe. (NETTO, 2006, p. 29-30).

Sob a aparência de representante dos interesses da sociedade, por meio de ações estratégicas, o Estado garante sua legitimidade e mantém os interesses da classe dominante. Desse modo, situadas como respostas às demandas sociais, as políticas sociais se constituem como ações residuais, focalizadas e voltadas a determinados segmentos da população, o que expõe sua essência: o amortecimento das expressões da *questão social* e não de suas determinantes.

Quando nos referimos ao enfrentamento das determinantes da *questão social*, mais do que aludir a esta desde uma perspectiva histórica e dialética, significa atentar para as políticas sociais a partir de outro prisma: considerando-as como instrumento de socialização do poder e da riqueza produzida coletivamente. Essa perspectiva contraria o condicionamento do atendimento das necessidades de reprodução da vida material, às ações mínimas e que assumem a forma de caridade e benesse diante do Estado, reproduzindo o caráter fetichizado das políticas sociais.

O Estado, como uma instituição concretamente histórica, não é neutro, nem se apresenta subordinável aos interesses de toda a sociedade. Segundo Engels (s/d),

O Estado [...] é antes um produto da sociedade, quando essa chega a um determinado grau de desenvolvimento. É o reconhecimento de que a própria sociedade está enredada numa irremediável contradição com ela própria, que está dividida em oposições inconciliáveis de que ela não é capaz de se livrar. Mas para que essas oposições, classes com interesses e econômicos em conflito não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, tornou-se necessário um poder situado aparentemente acima da sociedade, chamando a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Esse poder, surgido da sociedade, mas que se coloca acima dela e que se aliena cada vez mais dela, é o Estado. (Engels, s/d, p. 181)

Importante ressaltar que na sociedade capitalista o Estado adquire cada vez mais autonomia política no sentido e na necessidade de assegurar a reprodução da ordem do capital, sem que os antagonismos de classe se constituam em obstáculos à sua expansão e à acumulação. Engels (s/d) assinala que o Estado se constitui

com o objetivo de conter as divergências entre as classes, ao mesmo tempo em que emerge no meio do conflito subsistente entre elas, sendo, via de regra, o Estado da “classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, converte-se também em classe politicamente dominante, adquirindo assim novos meios para repressão e exploração da classe oprimida” (ENGELS, s/d, p. 183).

A reprodução desse Estado classista é ainda mais aguda nos países dependentes, em que para assegurar a forma subordinada e periférica do sistema capitalista atua como mediador – além dos interesses das elites dominantes locais – sobretudo, dos interesses do grande capital imperialista em escala mundial.

Para tanto, a análise do Estado nas economias periféricas e suas subjacentes, não pode vir separada da concepção da realidade em sua totalidade, considerando as peculiaridades do sistema na América Latina no bojo do imperialismo. Nesse sentido é que podemos qualificar a América Latina na concepção de Estado dependente de Carnoy (1986): uma instituição organizativa que para além de ser um Estado burguês é um Estado burguês dependente, ou seja, atrelado também aos interesses do capital em escala global e, assim, protagonista dos ajustes e organizações necessárias à permanência da dominação externa.

Desse modo, na dinâmica do Estado dependente a classe capitalista dominante não se localiza necessariamente na nação, mas se situa fora do território nacional, e este é representante fiel da hegemonia da classe capitalista como um todo, já que a dominação ultrapassa as fronteiras nacionais. A partir de Frank, Carnoy (1986) afirma:

Qual é a natureza do Estado periférico nesta visão da dependência? O Estado, nas economias do terceiro mundo, é um instrumento essencial para a administração do papel dependente dessas economias na divisão internacional do trabalho e no processo capitalista mundial de acumulação de capital. *As exigências do processo de acumulação do capital e da divisão internacional do trabalho no mundo todo e nos próprios países subdesenvolvidos tornaram-se, portanto, as principais determinantes do papel e da forma do Estado no terceiro-mundo*¹⁴. (CARNOY, 1986, p. 238)

¹⁴ Grifo corresponde a citação direta de FRANK, André Gunder. *Economic Crisis and the State in the Third World*. Development Discussion Paper no. 30, University of East Anglia (England). February. 1979, p. 01.

A apreciação de Carnoy (1986), ao recorrer a uma gama de autores que se debruçaram sobre o estudo do Estado dependente e colonial, é fundamental para compreender em que medida estes diferem dos países industrializados e, desta forma, resultam em singularidades que devem ser postas à luz de nossa análise. As correntes teóricas marxistas que buscam explicar o Estado nas economias periféricas são discutidas essencialmente em termos da natureza do desenvolvimento nesses países – conforme a teoria da dependência exposta no primeiro capítulo.

Nesta linha, a natureza do Estado nos países periféricos é o de constituir-se em instrumento fundamental para a administração do papel dependente dessas economias no processo de acumulação de capital e na divisão internacional do trabalho. Frank (1979) enfatiza que esse caráter dependente – subordinado às burguesias internacionais e aos seus Estados metropolitanos nas esferas financeira, tecnológica, institucional, ideológica, militar; em síntese, no aspecto político – “pode ser considerado a característica fundamental do Estado do Terceiro Mundo” (FRANK, 1979, apud, CARNOY, 1986, p. 239).

Do exposto até aqui, percebemos a importância de situar de forma singular a política social desde a sua totalidade concreta, o que não significa dizer que esta análise tenha sido negligenciada em termos da nossa produção intelectual. Contudo, o notório é discutí-la a partir de uma perspectiva estritamente latino-americana, que recuse a automática captura dos marcos conceituais de realidades estruturalmente distintas, onde são representados papéis diferentes no jogo do capital, com produtos históricos também diversos. Nesse sentido, transpô-los para nossa realidade é demasiado enganador, em outra perspectiva, é relevante ressaltar que as políticas sociais, inscritas como estratégia potente de regulação política do sistema capitalista,

possuem na realidade latino-americana um conjunto de características e determinações absolutamente específicas, delineadas pela sua formação social de tipo capitalista nos marcos do subdesenvolvimento, que, mais do que em qualquer outro contexto, desnudam os limites das soluções reformistas e pseudo-integradoras, nos moldes do que hoje se atribui às mal denominadas políticas de ‘inclusão social’. (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 171)

Os autores pontuam que na América Latina o padrão de acumulação subalterno e dominante estabeleceu estruturas de poder extremamente discrepantes do usufruto da riqueza, bem como de processos adversos de acesso ao trabalho. No

curso das sociedades periféricas, a impossibilidade do capitalismo organizar de modo favorável os mercados – acesso ao pleno emprego e a determinado nível de renda – é ainda mais inviável dado às agudas contradições impostas pelas modalidades de acumulação e de exploração da força de trabalho, reproduzindo sobejamente a pauperização das massas.

Como já sabido, o modelo econômico adotado nas economias periféricas sustentado na *superexploração* do trabalhador para compensar o déficit de acumulação, por meio do rebaixamento salarial e alto índice de desemprego e subemprego, possibilita a intensificação dos processos de extração da mais-valia nas formas absoluta e relativa combinadas, sempre a favor da maior exploração do trabalhador. Essa lógica caracteriza a classe trabalhadora latino-americana como composta de um significativo contingente de trabalhadores informais e desempregados, cujo vínculo salarial formal e o acesso à proteção social (via sociedade salarial) são precários ou inexistentes. Disso decorre uma observação medular, a qual compartilhamos com os autores

Para a grande maioria da população, pobreza e miséria vêm acompanhadas da omissão do Estado, expressa, sobretudo, na ausência de políticas sociais, ou, na maioria das vezes, num tipo determinado de política social, cujo horizonte não pode ser pretensioso em termos sociais e políticos e no qual todo radicalismo deve ser combatido, seja em termos da composição do gasto social seja em função da dimensão emancipadora que elas poderiam conter. [...] O desenho das políticas sociais subordinadas a esta lógica reproduz igualmente as orientações desde fora, e o esboço de proteção social permitido não vai além das ações focalistas e pontuais somente ofertadas nas situações extremas. (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 172)

Diante de tais particularidades é que insistimos na referência histórico-estrutural da América Latina para pensar as políticas sociais. O debate acadêmico que orienta a investigação e formação profissional dos assistentes sociais tem sido uma constante o referencial à experiência do *Welfare State*, com rarefeitas problematizações histórico-concretas à realidade europeia e às nossas. A tentativa de tradução e/ou transposição destas análises de forma mecânica para a realidade efetiva do continente tendem a tão somente exprimir a hegemonia do pensamento eurocêntrico nas ciências sociais¹⁵.

¹⁵ Darcy Ribeiro, na renomada obra *As Américas e a Civilização*, traz uma importante análise sobre a dominação intelectual que assola os cientistas sociais na construção do conhecimento. Partindo de uma abordagem dialética-materialista, mas sem perder o foco no conhecimento da realidade social a partir dela mesma, adverte que é necessário superar a oposição paralisante entre as ciências sociais

A constituição do *Welfare State* nas sociedades industrializadas, mediante o processo de reestruturação das sociedades industrializadas no período pós-guerra – o crescimento do excedente, a massificação da produção e do consumo, as estratégias administrativas e político-integrativas, e os pactos sociais e políticos convertidos em instituições públicas – permitiu “a integração do proletariado e de outros segmentos subalternos aos novos empregos produtivos, à cidadania e às instituições sócio-estatais” (ABREU, 1997, p. 52).

Em sentido contrário, as características que serviram de base para a consolidação desse Estado de Bem-Estar Social nas economias centrais, não se concretizaram nos países de economia periférica e, tampouco, os esforços estatais aqui empreendidos permitiram o desenvolver das condições materiais de produção e reprodução da classe trabalhadora, sua incorporação ao mercado de trabalho, e sua transformação em sujeito consumidor¹⁶.

Neste sentido, não se pode falar na conformação de um Estado de Bem-Estar Social na periferia do sistema, ou nos termos de Abreu “nenhum dos ‘novos países industrializados’ da periferia capitalista chegou a promover um *Welfare State* liberal-democrático” (ABREU, 1997, p. 53).

A alusão à experiência do *Welfare State* nos países centrais não deve ser desmerecida se atentarmos para um modelo que atendeu às necessidades e possibilidades estruturais e políticas nos países centrais. Contudo, a referência obrigatória ao *Welfare State* para explicação de todos os temas referentes à política social na literatura na região, tratando-o como modelo ideal para as nações periféricas, é passar por alto das contradições inerentes ao sistema dependente e ao papel que o Estado assume nestas economias. O equívoco está, conforme

academizadas e o marxismo dogmatizado: “superar as falsas ciências do homem e da sociedade, desmascarando sua inaptidão para elaborar uma teoria da realidade social em virtude do seu comprometimento com a perpetuação do *status quo*. Superar o marxismo dogmático, denunciando seu caráter de escola de exegetas de textos clássicos, incapaz de focalizar a realidade social em si mesma, a fim de, a partir daí, haurir o seu conhecimento” (RIBEIRO, 2007, p. 27)

¹⁶ Nas economias centrais, as políticas sociais assumem um papel decisivo na manutenção dos esquemas de coesão social, bem como, contribuem para a ordenação do mercado capitalista, ao propiciar a participação dos trabalhadores como consumidores. Completamente distinto, é a dinâmica conferida às economias latino-americanas. Marini (2005, p. 162), explica a separação do processo de produção e circulação de mercadorias, do qual procede essa diferenciação: “nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais e centrado então sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende, para sua realização, da capacidade interna de consumo”.

elucidado, em transpor inconsistentemente um marco categorial que pouco se assemelha às condições sociais, econômicas e políticas vividas no continente.

Algumas referências, inclusive, partem de uma análise marxista e aludem para a distinção da configuração das políticas sociais entre as economias de tipo central e periférica, e há que reconhecer o seu mérito. No entanto, considerando que o prisma de análise é eurocêntrico, tais ilações revelam-se insuficientes para pensar um sistema de proteção social genuinamente latino-americano, com suas contradições e características originais. Um referencial teórico predominantemente europeizante, minimiza ou lateraliza as debilidades e potencialidades da nossa experiência histórica, obscurecendo o horizonte estratégico que se esboça na lutas sociais dos povos pela garantia da satisfação das necessidades sociais no interior do Estado.

Como assinalado, há uma estreita relação entre a procedência das políticas sociais no capitalismo e os processos de legitimação do Estado junto às classes trabalhadoras. Para entender a dinâmica na qual se desenvolvem esses mecanismos de controle da força de trabalho e de legitimação, exequível via recurso às políticas sociais, são indispensáveis as considerações de Offe e Lenhart (1984, apud, PAIVA, 2003), sobre as três funções desempenhadas por estas e que se referem ao movimento de constituição e consolidação de um mercado regulado de compra e venda da força de trabalho. A primeira atina para a criação das condições de existência minimamente aceitáveis pelos Estados, ao ponto de que a exploração e a alienação intrínsecas à sociabilidade do capital se procedessem de modo relativamente suportável. O segundo apontamento infere sobre a necessidade da sociedade em dispor de condições sócio-estruturais para que o trabalho assalariado funcionasse como tal.

Por último, a terceira função das políticas sociais seria a de *apoiar* aqueles cuja inserção no mercado – definitiva ou temporariamente – não fosse suficiente para a sobrevivência, liberando os *aptos* ou *capazes* para o máximo aproveitamento mercantil da sua força de trabalho. Para tanto, seriam disponibilizadas medidas institucionais especiais, objetivando preencher certas funções elementares à reprodução dessa lógica, como, por exemplo, ações na área da saúde, formação profissional, socialização e assistência ao idoso.

No processo de acumulação do capitalismo periférico, o papel do Estado no cumprimento desses objetivos da política social, não consegue, todavia, haurir seu

êxito. A política social é insuficiente para a reprodução da força de trabalho nos limites de espoliação do capital.

Neste aspecto é primordial elucidar a noção de excedente que funda o espaço sócio-histórico das políticas sociais. Se de um lado as nações dominantes impõem condições de exploração e extração de parte do excedente produzido internamente nas economias dependentes, de outro cabe assinalar a importância da realização lucrativa do excedente para que a reprodução de capital possa ocorrer de forma a proporcionar o desenvolvimento interno do país.

Segundo Baran e Sweezy (1966 apud Paiva 2003) o aproveitamento do excedente – isto é, a diferença para mais entre o que a sociedade produz e os custos dessa produção – contrai três formas: a) campanhas publicitárias que objetivam incentivar o consumo, através da manipulação ideológica dos consumidores; b) gastos militares, através da produção, comercialização de armas, manutenção e incremento das estruturas de *combate* à violência urbana e de guerra; c) e a utilização do excedente pela *administração civil*:

[...] as compras não destinadas a defesa incluem aquisições de bens e serviços para as finalidades civis pelo governo federal, estaduais e municipais. As transferências financeiras incluem benefícios aos desempregados, pensões aos velhos, aos veteranos, etc. (BARAN; SWEEZY, 1966, apud PAIVA, 2003, p. 36)

Pois bem, considerando que o mecanismo de absorção do excedente pela administração pública fica prejudicado em decorrência da lógica a que estão submetidas as nações dependentes, por conseqüência, prejudica-se também o ciclo de produção e reprodução do capital internamente. Isso ocorre em decurso da dependência impossibilitar a reprodução dos mecanismos de regulação necessários à conservação da ordem vigente, abandonando as classes trabalhadoras a insatisfação daquilo que Marx chamou de meras condições materiais de existência (ROCHA, 2006).

Esse quadro é mais agravante se considerarmos a dimensão privatista das relações sociais que serve de base para formulação das políticas sociais – tidas ainda como caudatárias ao modelo europeu – centrando-se principalmente na família, sobre a qual recai a culpabilização pela condição de subalternidade dos indivíduos. Desse modo, na seqüência são expostos os resultados da pesquisa quanto a centralidade da família na política social latino-americana.

3.2. MATRICIALIDADE SÓCIO-FAMILIAR: A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA POLÍTICA SOCIAL

As ações de proteção social na América Latina ganham notoriedade quando referidas a família, cuja matriz adquire amplitude e centralidade, porém não sem *contradições*. Se, de um lado, a família inquestionavelmente contraiu a condição de sujeito central nas políticas sociais ou como princípio matricial para a estruturação dos benefícios e dos serviços na saúde e na assistência social, por outro, também cabe indagar sobre o referencial categorial da participação popular nas políticas sociais.

Embora abandonado da agenda de construção pública pelos modelos considerados exemplares pelas agências especializadas, essa outra matriz refletiria a incorporação do protagonismo popular na esfera pública, absolutamente essenciais para uma configuração efetivamente transformadora das atuais condições de reprodução da vida social nos parâmetros democratizadores que urgem ser desencadeados na América Latina.

Sendo assim, apresentamos os resultados da pesquisa sobre o objeto de estudo, qual seja: a centralidade da família na política social. A princípio, o debate refere-se genericamente à América Latina, e depois especificamente ao Brasil, buscando elucidar como a incorporação desta matriz categorial vêm sendo discutida e sua inserção como eixo orientador no âmbito da proteção social, sobretudo na política de assistência social. Outrossim, visando o debate crítico necessário no que se quer uma perspectiva latino-americana para pensar as políticas sociais no continente.

3.2.1 A Matricialidade Sócio-Familiar na América Latina

A preponderância da família como referência fundamental nos diferentes sistemas de proteção social na América Latina vem sendo reveladora de amplas discussões quanto ao papel desta e do Estado na satisfação das necessidades humanas da população, embora sob diferentes perspectivas.

Percorrendo os documentos *cepalinos* que discutem a política social na América Latina – e que, para além disso, são tomados para embasamento da formulação, gestão, implementação e avaliação da políticas sociais no continente –

averiguou-se a preponderância da família como referência fundamental nos diferentes sistemas de proteção social na região¹⁷.

Tais análises se centralizam na discussão da concepção de família (como é vista pelos órgãos responsáveis pela política social, profissionais que intervêm sobre ela, e a partir dela mesma), nos novos *modelos* e arranjos familiares (transformações na família) e seu rebatimento no aumento da pauperização, principalmente em determinados *modelos* – como a monoparental.

Entre los más notables [cambios] figuran las transformaciones demográficas, el aumento de los hogares con jefatura femenina y la creciente participación de las mujeres en el mercado laboral. También ha habido modificaciones relacionadas con el ámbito simbólico, que se manifiestan en nuevos modelos de familia y estilos de relación familiar. (ARRIAGADA, 2001, p. 17)

As vertentes analíticas voltadas para a centralidade da família na política social apontam acentuadamente para as transformações geradas pela chamada *globalização*, assim, o debate é direcionado no sentido da necessidade da política social se ater nestas transformações e minimizar a situação de pobreza das famílias, indicando que a proteção social adequada nessa perspectiva deve ser capaz de criar uma nova relação entre indivíduo e comunidade numa *perspectiva de redefinição de direitos e obrigações* - uma *análise* sem ilusões percebe que se trata de enfatizar muito mais obrigações do que direitos.

Serrano (2005) situa como um dos campos teóricos chaves para a tomada da família como “unidade de desenho e concepção da agenda social dos países” a idéia de políticas de vida de Giddens, na qual assinala que as políticas “devem ajudar os cidadãos a navegar no contexto da globalização e das transformações na vida pessoal e social. Elas apontam para uma nova relação entre indivíduo e a comunidade, numa perspectiva de direitos e obrigações” (SERRANO, 2005, p. 235, tradução nossa).

Outro tema que aparece constantemente é o desemprego estrutural e como ele tem afetado as famílias. Desse modo, um dos enfoques e objetivos das políticas

¹⁷ Podemos mencionar alguns países da América Latina que esboçam programas cujo eixo central se desenvolve em torno da família: *Programa Oportunidades*, no México; *Programa Puente*, no Chile; *Familias por la Inclusión Social*, na Argentina; *Familias en Acción*, na Colômbia; *Programa de Acción Familiar*, em Honduras; *Red de Protección Social mi Familia*, na Nicarágua; além do *Programa Bolsa Família* no Brasil. (ARRIAGADA; MATHIVET, 2007).

sociais deve ser a capacitação para a inserção no mercado de trabalho, colocando o problema da exclusão laboral na *incapacidade* no indivíduo.

Essa argumentação tem ainda, mais um alicerce: a idéia de subalternização das políticas de caráter assistencial e protetivo, em detrimento da superioridade e importância das políticas de geração de trabalho e renda. Nas primeiras, evocadas como bem-estar e assistencialismo do Estado, não seria possível a realização da autonomia e a emancipação do sujeito, pois isso somente se daria mediante a consolidação do segundo tipo de política.

Como já exposto, a composição maciça do exército industrial de reserva na América Latina alimenta a acumulação do capital em escala mundial. É um mecanismo do próprio capitalismo dependente para compensar o intercâmbio desigual na relação com os países centrais, e que se assenta na *superexploração do trabalho*. A crítica não se refere, portanto, a implementação de políticas de acesso ao mercado de trabalho – que devem sim existir – mas ao discurso que perpetua a ideologia que atribui às políticas de geração de trabalho e renda como solução para o desenvolvimento econômico e social, como se o problema consistisse somente na desqualificação da mão de obra e da sua empregabilidade, quando é sabido que pleno emprego não é operacionalizável nas economias periféricas.

Ao nosso ver, no modelo econômico periférico e dependente, as contradições existentes fazem por si só com que as políticas no campo da assistência social sejam centrais para a conquista da autonomia dos sujeitos, sendo vitais à satisfação das necessidades sociais básicas da população, por dinamizarem o acesso ao usufruto da riqueza socialmente produzida e, se superada essa lógica de subalternização ainda fortemente presente nesta política, se configurar em instrumento de democratização do poder pelas massas, pelo cumprimento efetivo do postulado do protagonismo popular.

A referência aos documentos *cepalinos* permitiu levantar, ainda, a perspectiva de transferência de responsabilidade para o mercado e a família. De acordo com Arriagada (2007), a política social a partir dos anos 80 nos países da América Latina, tem se modificado em novo contexto *democrático*:

Sus principales cambios se relacionan con el paso de modelos de orientación universalista a otros de tipo más híbrido donde priman combinaciones diversas de oferta de bienes y servicios provistos por el mercado y el Estado. Uno de los principales cambios há sido el

desplazamiento de la provisión de los recursos institucionales desde el Estado hacia el mercado, y principalmente hacia las familias y, dentro de éstas, a las mujeres. (ARRIAGADA; MATHIVET 2007, p. 09)

A minimização do Estado é discutida ora em termos de repúdio – quando se questiona sobre a possibilidade de proteção social somente no âmbito da família – ora é proclamada como *saída mágica no enfrentamento da desigualdade social do continente*, como podemos verificar na eleição do “princípio da complementaridade dos agentes sociais públicos, privados e mistos na cobertura das necessidades familiares” (ARRIAGADA, 2001, p. 41), considerado como *critério importante* quando se desenham as políticas relativas as famílias.

A priorização deste princípio acarreta como consequência básica a focalização das responsabilidades do Estado no combate à pobreza, e estabelece o asseguramento contra os *riscos sociais* como uma responsabilidade individual, ou seja, a responsabilidade individual pela via do mercado, com a provisão dos serviços para os *pobres* mediante redes de proteção e focalização. Estas obrigatoriamente contrapostas à universalidade, conformam a nova estratégia de política social que dispõe de uma responsabilidade pública mínima para a proteção social (SOJO, 2007).

Em outro critério que se enumera, vislumbra-se claramente uma visão conservadora de família, ao salientar que a política social deve objetivar a

Igualdad de derechos y deberes entre hombres y mujeres en el *desempeño de sus papeles y responsabilidades familiares*. Derecho a hacer uso libremente de la planificación familiar con vistas al ejercicio de la paternidad responsable. Reafirmación de la importancia de los papeles y funciones del adulto como proveedor de la familia para evitar que niños y adolescentes asuman esas obligaciones. Generación de un entorno favorable para que las personas puedan *cumplir sus funciones familiares* y compatibilizar el trabajo doméstico de las mujeres con su trabajo remunerado, especialmente en el caso de las familias en mayor riesgo de caer en la pobreza. (ARRIAGADA, 2001, p. 41, grifo nosso)

Nesta esteira, os programas de transferência de renda em execução no continente¹⁸ posterior à determinadas contrapartidas por parte das famílias, se

¹⁸ À exemplo podemos citar o *Programa Punte* no Chile, e o *Programa Bolsa Família* no Brasil. O exemplo mais severo refere-se à experiência Chilena. O *Programa Punte* é um programa de transferência de renda no qual são ofertados incentivos para as famílias em termos de apoio psicossocial, preparação para o mercado de trabalho e transferência direta de valores em escala regressiva por um período de três anos, quando a fim de que possam produzir mudanças significativas no seu comportamento, capazes de impactar nas causas da sua pobreza. A experiência brasileira assemelha-se com a chilena, pois a centralidade que assume a família na política pública do país também invoca a família como sujeito privilegiado da ação, atentando para as potencialidades

propõe a transformação de certas condutas familiares mediante o cumprimento de metas e o compromisso individual do beneficiado com a superação da sua condição de pobreza, reeditando a conservadora perspectiva que atribui ao indivíduo e a seus déficits pessoais a razão última e primeira pela sua condição de pobreza.

Deste modo, fragiliza-se a idéia força do direito social, na medida em que intervenção política se dá como prática eventual e subsidiária às iniciativas da sociedade civil, quando possível, ou seja, lucrativa, para o mercado, quando não, à filantropia. Mas, em geral, é sobre a família que recai a nova responsabilidade político-programática proposta pelo Estado, a ecoar dogmas.

As condicionalidades exigidas para o acesso ao direito estabelecidas por estes programas negam a provisão social, alinhando-se com o princípio do mercado, onde todos os bens são mercadorias intercambiáveis, cujos equivalentes são de um lado regras de comportamento das famílias pobres, denominadas responsabilidades, e, de outro, poucos apoios governamentais, profetizados de direitos.

Desta maneira, *a família deve ser a unidade capaz de gerar mecanismos de confiança social e conscientização dos indivíduos acerca de seus deveres e obrigações*, de modo que ao Estado cabe contribuir e apoiar as famílias para cumprimento de tal função (*empoderar* é o neologismo mais utilizado neste tópico). A ênfase crítica das análises resume-se à necessidade de readequação das políticas sociais para as novas estruturas e dinâmicas familiares em todo continente, decorrentes das mudanças na família nas últimas décadas. (ARRIAGADA, 2006; SUNKEL, 2006).

O *culto ao empoderamento* dos indivíduos, grupos e comunidades, adjuntamente ao desenvolvimento local e sustentável, e a afirmação de uma estratégia de desenvolvimento local sedimentado na formação do *capital humano e social*, aparecem como novos referenciais teórico-metodológicos, políticos e culturais que norteiam os programas sociais, em especial, os voltados para o combate à pobreza – perspectiva altamente defendida pelas agências internacionais (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006).

desta e da comunidade na superação de sua subalternidade. Assim, embora não com enfoque iminentemente privatista, residual e com enfoque temporal delimitado – caso do Chile – no Brasil a matricialidade familiar está presente de maneira objetiva no *Bolsa Família*.

É amplamente sabido que o terremoto *neoliberal*¹⁹ que varreu toda a América Latina nas duas últimas décadas do século XX, e que encontra nos anos 1990 a etapa determinante desta ultra-liberal *modernização* capitalista, engendra a *reforma a las reformas*, com substanciais modificações na política fiscal, trabalhista, tributária e regulatória, marcando o começo de um novo padrão de proteção social e da política econômica no continente.

Nesta combinação, trata-se de gerenciar e direcionar os efeitos da abertura ao mercado mundial de forma a canalizar o capital externo para atividades produtivas, voltadas preferencialmente para políticas de exportações, buscando-se equidade social por meio de políticas de caráter compensatório e de incentivo a família e a comunidade para o desenvolvimento do capital social (CEPAL, 2006).

Enquanto estratégia de superação da pobreza, cabe primeiramente – de acordo com estudos em documentos *cepalinos* (KESSLER; ROGGI, 2003; RACZYNSKI; SERRANO, 2003; DURSTON, 2003) – definir as diferentes formas de capital social. As raízes do conceito são multidisciplinares e envolvem diversas interpretações. No sentido em que se desenvolvem as políticas sociais no Chile, por exemplo, capital social refere-se ao *empoderamento* para a cidadania, o pluralismo e a democratização.

Este paradigma teórico não comporta qualquer ambigüidade na sua orientação, claramente conservadora. Todavia, os programas socioassistenciais desde este prisma se traduzem no compromisso governamental com o fortalecimento dos laços familiares e o sentimento de comunidade, fundamentando-se em uma ordem moral coletiva fundada em valores tradicionais. Para tanto, se define como competência do Estado

Intervenir en los espacios de la familia, desde la definición acerca de quienes la constituyen, regulando las relaciones entre sus integrantes, controlando su funcionamiento, poniendo límites a sus miembros y ofreciendo soluciones de apoyo por medio de políticas sociales, mecanismos legales y jurídicos, instituciones y prácticas concretas. (ARRIAGADA, 1997, p. 47)

¹⁹ O chamado *neoliberalismo* corresponde a uma etapa de *modernização capitalista* em escala global. É o reflexo de uma crise de produção e acumulação capitalista que defende a diminuição da intervenção estatal na economia, a qual passou a ser considerada entrave para o desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema global. Para tanto, uma agenda de reformas econômicas e políticas passou a ser implementada, principalmente nos países periféricos, acirrando ainda mais a desigualdade social.

Os documentos da CEPAL, sendo tidos como base para elaboração das políticas sociais na América Latina, refletem uma nítida vinculação com as imposições das agências internacionais (Banco Mundial – BM, e Fundo Monetário Internacional – FMI) que ditam as regras econômicas, políticas, sociais e porque não, morais, para os países periféricos. Com isso, a matricialidade sócio-familiar ganha peso, na proporção que reforça o controle e regulação do Estado no âmbito privado das relações, e dilui a possibilidade de tornar a política social um instrumento de transformação social por meio do protagonismo popular.

3.2.2 A centralidade da família na política social brasileira: a crítica necessária desde um outro paradigma

Os reflexos da centralidade da família na política social latino-americana podem ser visualizados na realidade brasileira, tanto nos referenciais teóricos que buscam dar forma a matricialidade sócio-familiar, quanto no sistema de proteção que tem incorporado o discurso.

No Serviço Social este é um debate que tem suscitado reflexões, um lado por estar relacionado a uma temática que se apresenta cotidianamente na intervenção profissional – a família – e de outro, por contemplar o campo privilegiado de inserção do assistente social – a política social.

Inicialmente, cabe aclarar que quando nos referimos ao sujeito família, refutamos qualquer tentativa de categorizá-la ou apreendê-la em conceitos, não só porque atenderia a uma reificada concepção pautada em modelos ideais de família, como àquela da família nuclear, expoente da lógica funcionalista surgida a partir da década de 1950²⁰, mas também porque seu reconhecimento como sujeito singular está a exigir uma delicada aproximação conceitual.

Costa (1997, p. 79) nos lembra que, genericamente, a família foi “tida por muito tempo como refúgio contra a dureza do mundo”. Essa idealização da família, embora em menor grau, permanece preponderante no cenário atual, seja orientando

²⁰ No modelo nuclear, fundado na perspectiva funcional, a família é composta por membros com seus papéis tipicamente constituídos: ao homem, cabe a função de provisão do grupo familiar; à mulher, o papel de provedora e mantenedora afetiva da família – tanto da sustentação emocional dos filhos, como do marido. Outra característica desse modelo, é a estreita relação entre a dinâmica interna da família e as relações sociais externas, na qual a primeira deve se adaptar a segunda.

as análises de críticos que apostam na família como *remédio para os males da sociedade*, seja no sentido de numa visão conservadora e moralista na prática profissional do assistente social.

Sem perder o foco da crítica frente ideologização existente, Miotto (1997) afirma que a família corresponde a

Um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido. (MIOTTO, 1997, p. 120)

Nessa linha de discussão, adicionalmente, a autora infere que a família, para além de um espaço de cuidado, é também um espaço a ser cuidado (MIOTTO, 2001). Esta acepção está presente na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada no Brasil em 2004, e implementada por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS²¹, no que se refere a um dos eixos estruturantes da política: a *matricialidade sócio-familiar*.

A focalização das ações na família, está em reconhecê-la segundo este prisma, ou seja, como “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida”. Assim, a família adquire centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, “ao reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sócio-cultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições” (PNAS, 2004, p. 33).

A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, ainda é o *locus* por excelência na história da humanidade onde aprendemos a ser e a conviver. É mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (PNAS, 2004, p. 33-34)

De acordo com as linhas da PNAS, é posta a importância da família em consonância com a legislação vigente no país, como a *Constituição Federal do*

²¹ Sabemos que o debate da PNAS carece de um largo aprofundamento. No entanto, tendo em vista que se trata de um estudo de caráter exploratório, esboçamos uma primeira aproximação, sobretudo, pela possibilidade que sua referência oferece à atualização da crítica em vias mais contemporâneas.

A direção colocada na proteção social especial é um exemplo dessa afirmação.

As situações de risco demandarão intervenções em problemas específicos e, ou, abrangentes. Nesse sentido, é preciso desencadear estratégias de atenção sócio-familiar que visem a reestruturação do grupo familiar e a elaboração de novas *referências morais e afetivas*, no sentido de fortalecê-lo para o exercício de suas funções de proteção básica ao lado de sua auto-organização e conquista de autonomia. Longe de significar um retorno à visão tradicional, e considerando a família como uma instituição em transformação, a ética da atenção da proteção especial pressupõe o respeito à cidadania, o *reconhecimento do grupo familiar como referência afetiva e moral e a reestruturação das redes de reciprocidade social*. (PNAS, 2004, p. 31, grifo nosso)

Essa visão moralista extrai as relações sociais do contexto histórico e dialético que se inscrevem os sujeitos e resulta em outro delineamento conservador e tutelador da política social, a qual deve servir para *endireitar as condutas* familiares. O problema que se coloca, é que há, desde esta ótica, uma leitura impregnada de conservadorismo: a que atribui a culpa da *crise da família* aos problemas éticos que vivemos na sociedade hoje²³.

Nesse escopo, nota-se o distanciamento da universalização, colocada na política social como princípio central para garantia dos direitos historicamente conquistados, na medida em que se percebe sua restrição ao mero pressuposto legislativo, pois o desenho da política social denota que segue mais seletiva do que nunca. A perspectiva teórica e política do texto legislativo não só deixa de alcançar tal perspectiva, como inexistente qualquer esforço estatal para concretização da mesma, no sentido de vontade política e articulação com a sociedade civil.

Dessa forma, se distancia vertiginosamente de proporcionar *saúde física e autonomia*, conforme colocadas por Pereira (2007), ao se referir a necessidade de uma política que priorize a satisfação das necessidades humanas básicas. Ao contrário, aproxima-se das tentativas que constantemente reproduzem nos usuários a identidade subalterna. A perspectiva da autonomia preconiza uma política que

reduzida extensão heurística, comprometem a análise da realidade" (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006, p. 166).

²³ Costa (1997) no essencial texto *A Ética Democrática e seus Inimigos*, ao questionar alguns dos nossos grandes dilemas éticos, sentencia sobre a omissão com que enfrentamos os problemas humanos e sociais, e esclarece: "esse modo de subjetivação despolitiza radicalmente o mundo, reduzindo todo mal-estar cultural a questões de competência ou incompetência individual para viver". (COSTA, 1997, p. 86)

Brasil, que em seu art. 226 declara que a “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, afirmando também que essa idéia tem relação com o artigo 16, da *Declaração dos Direitos Humanos*, que coloca a família como núcleo natural e fundamental da sociedade e, por isso, com direito à proteção da sociedade e do Estado.

Esta argumentação também perpassa as produções teóricas no Serviço Social, no sentido da família como espaço da socialização primária, cuidado e de proteção dos indivíduos que a constituem. Carvalho pontua que “a família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos”, e independente das múltiplas formas em que a família contemporânea ostenta, se constitui “num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais” (CARVALHO, 2000, p. 93).

Contudo, o reconhecimento desse preceito carece de algumas advertências, na medida em que sua valorização encobre as contradições do capitalismo e os conseqüentes processos de desigualdade social que têm transferido às famílias a responsabilidade pela proteção de seus membros. Portanto, partir desse princípio não significa transferir para a família a responsabilidade pela proteção individual de seus membros, mas reconhecer a sua importância como esfera privada de relações sociais.

Apesar da PNAS proclamar que para a família cuidar de seus membros é preciso que o Estado lhe assegure tais condições – e afirma que se orienta neste sentido por reconhecer a situação de penalização e desproteção que se encontram as famílias no país, bem como a necessidade de adequação aos novos arranjos familiares – isso reflete em outras vias suas contradições, haja vista que propõe discutir proteção social a partir de categorias como *exclusão*, *risco* e *vulnerabilidade social*, as quais imprimem a culpabilização individual pela pobreza, causada histórica e estruturalmente²².

²² Referente à incorporação de novas categorias no cerne da política social e seu esvaziamento em termos históricos, cabem as seguintes contribuições: “essa noção de *inclusão social*, e seu oposto, *exclusão social*, são literalmente importadas, estranhas ao universo político-cultural da população brasileira, e bastante porosas a interpretações díspares, inclusive com significativa capacidade de aderência pelo pensamento conservador, no que moderniza, superando, todos os conceitos que remetiam à desigualdade social, pobreza, luta de classes”. (PAIVA, 2006, p. 20, grifo nosso). “As emergência de novas categorias que embora tenham capilaridade para explicar as manifestações singulares do real, revertem as possibilidades de análise crítica da sociedade e das determinações da desigualdade. São conceitos operativos que validam e facilitam a estruturação das políticas, mas pela

fundamente as bases para que, fomentando a participação, crie espaço social concreto para a população empobrecida como sujeito histórico soberano.

O paradigma tutelador geralmente vem acompanhado de concepções estereotipadas de família e de papéis familiares, convertidos num modelo idealista de família, formado por pai, mãe e filhos, com papéis tradicionalmente definidos e harmoniosos – o que ainda é um norteador nas ações direcionadas a este sujeito, sobretudo, no campo do Serviço Social²⁴.

Diferentemente do que seria pensar a política social para além da mera acomodação de conflitos, requer referendá-la sobre outras bases, isto é,

No processo de disputa política pelo excedente econômico real pelas massas historicamente expropriadas, de maneira a que ela não possibilite somente reduzir as manifestações mais agudas da pobreza, através da ampliação dos serviços sociais básicos e do seu acesso, mas sobretudo, permitir que a *política social torne-se um instrumento de transformação social que mobiliza e organiza as massas a partir de seus interesses mais fortes*²⁵. (PAIVA, 2006, p. 7)

Desde esse ângulo, é possível romper com o que Carvalho (2000) apresenta como as duas características da política social: a) o caráter elitista, assistencialista e tutelar, ângulo que reflete “uma cultura enraizada historicamente no Estado e na Sociedade, que legitima o autoritarismo e a tutela dos dominantes e a subalternidade dos dominados”; b) desenho da política social setorizada, centralista e institucionalizada, “privilegiando o indivíduo como portador de direito e não mais os coletivos do tipo família ou comunidade” (CARVALHO, 2000, p. 94).

O desenho dessa caracterização, segundo a autora, leva, entre outras variantes, à *psicologização* das relações sociais e, por tal razão, insiste na priorização da matricialidade sócio-familiar como base para a política social. À despeito desta categoria, infere: “os indivíduos e micro-coletivos, como a família,

²⁴ Ressalta Miotto (2004), a partir de Donati (1996), que “a sociedade ainda tem tratado a família como se não fosse em si mesma um núcleo problemático. Por isso, os interesses, tanto de natureza política como sociocultural, recaem sobre as formas marginais ou patológicas. Assim, a hegemonia desse tipo de leitura sobre a família se faz presente no cotidiano dos serviços, tanto no âmbito da organização como na ação rotineira de seus técnicos, dos programas de apoio sociofamiliar. Para nós, a vigência de tal leitura pode ser observada através da identificação de alguns princípios que têm norteado a condução de ações assistenciais direcionadas às famílias. Esses princípios seriam: a predominância de concepções estereotipadas de família e papéis familiares, a prevalência de propostas residuais e a centralização de ações em situações-limite e não em situações cotidianas. (MIOTTO, 2004, p. 52)

²⁵ Grifo corresponde à citação direta de OURIQUES, Nildo. A revolução democrática bolivariana - Uma utopia latino-americana. In: OURIQUES, N. (Org.). **Raízes no Libertador**. Bolivarianismo e poder popular na Venezuela. 2. Ed. Florianópolis: Insular, 2005, p. 140.

fragmentados num somatório de necessidades, ganhavam identidade na carência – de bens e serviços e de afetos” (CARVALHO, 2000, p. 95).

Quando aportamos a *psicologização* do social, é imprescindível não esvaziá-la de seu conteúdo ideológico e político, compreendendo-a a partir do processo de produção e reprodução das relações sociais dentro do capitalismo. Neste sentido, Netto (2006) a define como um dos componentes no processo de legitimação da ordem monopólica, na construção do *ethos* individualista:

A tendência a psicologizar a vida social, própria da ordem monopólica, é tão compatível com os processos econômico-sociais que o imperialismo detona quanto se manifesta adequada à sua reprodução – mas sobretudo se revela como um importante lastro legitimador do existente. (NETTO, 2006, p. 40).

Esse processo na medida em que aporta a *questão social* em uma lógica de individualização dos problemas sociais, permite a culpabilidade do indivíduo por sua condição de subalternidade. Eis um dos grandes desafios que se apresenta hoje para a profissão: repudiar a lógica positivista burguesa, como tão bem caracterizou Netto (2006), ao criticar os nocivos esquemas de *psicologização* dos problemas sociais, que conferem aos indivíduos a responsabilidade por sua condição de pobreza, decorrentes de imagináveis incapacidades morais ou cognitivas, na mesma lógica de mistificação das contradições próprias da sociedade burguesa.

Acordamos com a necessidade de romper com esse paradigma, entretanto, elege a matricialidade sócio-familiar como saída para o problema encerra em duas contradições no interior da política social, sobre as quais devemos nos debruçar: 1) o papel coercitivo do Estado e sua intervenção no âmbito privado das relações; 2) a depreciação das esferas coletivas no âmbito político.

Relativo à primeira contradição, é importante destacar inicialmente algumas ponderações. Antes do advento do capitalismo havia outra conformação entre a esfera pública (sociedade) e a privada (família), embora ambos integrassem a mesma comunidade. A distinção entre as duas esferas e sua separação surge com o modo de produção, o que significa dizer que o indivíduo e suas relações primárias, em outros termos, a configuração atual de família, é uma invenção do capitalismo. Entretanto, o capitalismo ao mesmo tempo em que inventa a esfera privada, a torna vulnerável, pois esta também se torna uma unidade de produção²⁶.

²⁶ A família além de uma unidade de reprodução se torna unidade de produção, a partir do momento em que – conforme debatido no capítulo anterior – a mulher e a criança são chamados a engrossar o

Com a centralização do direito à propriedade privada na estrutura da sociabilidade burguesa, surge a necessidade da intervenção do Estado para sua manutenção. Desse modo, o Estado passa a interferir no âmbito privado das relações sociais. Sobre a relação do Estado com a família, escreve Engels

A velha sociedade, baseada nos laços de parentesco, é destruída em decorrência do choque entre as classes sociais recém-formadas. Em seu lugar surge uma nova sociedade, organizada em Estado, cujas unidades inferiores já não são agrupamentos sedimentados em laços de parentesco, mas unidades territoriais, uma sociedade em que o regime familiar está totalmente submetido às relações de propriedade e na qual se desenvolvem livremente as oposições de classe as lutas de classes que constituem o conteúdo de toda história escrita até nossos dias. (Engels, s/d, p. 12)

Neste sentido, podemos dizer que a família patriarcal atendeu a uma necessidade do capitalismo em um determinado período histórico, haja vista que coube ao patriarca, no referido modelo de família, exercer o autoritarismo como forma de garantir a coesão social, como meio de controle e adestramento das *rebeldias insurgentes*.

Konder (1974), ao fazer uma análise marxista do poema *A mesa* de Carlos Drummond de Andrade, trata da *crise da família* e traz considerações significativas sobre o declínio da família patriarcal. Explicita o autor que ela estava relacionada a determinada etapa da evolução da sociedade burguesa, “tinha um caráter acentuadamente autoritário, repressivo” e que “causou e ainda causa grande prejuízo ao movimento autolibertador da humanidade” (KONDER, 1974, p. 86-87).

Os apontamentos do autor nos remetem a inúmeras reflexões e nos permitem realizar algumas aproximações com a relação entre o Estado e a família. Com a decadência do modelo patriarcal, a quem incumbiria exercer a função de aprisionar os sujeitos na esfera privada de suas relações? Se é certo que hoje a família adquire arranjos diversos, conquista novos direitos sociais, e é reconhecida como sujeito de direito, também é através das políticas sociais que o Estado interfere no interior dessas relações realizando o papel que outrora coube ao patriarca, reproduzindo assim sua lógica.

Isso não quer dizer que o Estado não deva intervir, proteger, exercer sua função de mantenedor das necessidades humanas, ao contrário, a diversidade de formas que assumem as famílias na contemporaneidade é simultânea a agudização

da insegurança social e requer, portanto, um Estado presente, que atenda à essas demandas. Entretanto, o que se questiona é em que base se constrói essa relação.

Exatamente aqui entra a segunda contradição – e que se inscreve como resposta à indagação. Talvez um dos efeitos nocivos de maior gravidade da psicologização dos problemas sociais seja a sua interposição à ultrapassagem dos mecanismos de subalternização e desmobilização, que incutem na depreciação das estratégias de fortalecimento político da população. Face a isto, romper com este paradigma exige “insistir na participação popular como eixo da política social, o que requer a ruptura com a lógica desabilitadora do caráter protagônico das massas, na direção de um projeto democrático-radical” (PAIVA, 2006, p. 08).

A família é um espaço insubstituível, em termos do seu papel na socialização primária e proteção dos seus membros, por isso mesmo, a relação do Estado com este sujeito tem que se pautar no mais alto rigor democrático, pelo mais alto cuidado e, para isso, a perspectiva de orientação das políticas sociais deve estar embasada em outro prisma: no protagonismo popular. Paiva (2007) justifica essa perspectiva:

A dilatação da esfera privada - seja o mercado, seja a família - reforça o processo de precarização da proteção social como responsabilidade republicana, uma vez que o descredenciamento da ação governamental (propugnada pelas medidas de ajuste fiscal) e a reedição dos esquemas controladores junto aos grupos familiares, em substituição aos projetos coletivos, se inscrevem como estratégias permanentes de esvaziamento do potencial político da luta pelo acesso às políticas públicas e aos direitos sociais. (PAIVA, 2007, p. 05)

O problema das análises sobre a matricialidade sócio-familiar na política social não reside especialmente em seu conteúdo, mas em seu objetivo, ou seja, abordam a fragilização das famílias, a ausência do Estado, a precariedade dos direitos sociais, todavia, insistem na referência ao modelo *welfare* para pensar as políticas sociais no continente, sem considerar que as configurações históricas e estruturais não permitem sua efetivação. Ao insistirem na família como referência para a formulação das políticas sociais reforçam a lógica privatista e psicologizante destas, negligenciando inadvertidamente o engendramento de novas e efetivamente democráticas relações intra-familiares.

Sendo assim, o foco das políticas sociais não deve desembocar nas armadilhas da *psicologização* das relações sociais, numa visão moralista e conservadora, que atribui à família a responsabilidade pela reprodução da pobreza, pela subalternização dos seus membros, sobretudo daquelas pertencentes às

classes populares que trabalhamos, nem tampouco, desconsiderar o direito da família, ou seja, o Estado não deve atuar sobre ela de uma maneira tuteladora e coercitiva.

Por fim, a matricialidade sócio-familiar transfere a resolução dos problemas sociais para o âmbito privado das relações, enquanto que a ênfase na participação popular confia o debate e a resolutividade das questões sociais para a esfera pública. Com isso, os questionamentos restritos ao âmbito familiar – e que se centram nestes – facilitam a legitimação do poder estatal, na medida em que, diferentemente do referencial no protagonismo popular, não contribuem para a coletivização das demandas e para construção de um outro poder capaz de ultrapassar a estagnação social e política.

Assim, o que propomos, é pensar em outro referencial para que a política social se transforme em instrumento de socialização de renda e democratização de poder, a qual possibilite a autonomia dos sujeitos e a transformação social, com uma referência libertadora da família em relação ao Estado e dos seus membros em relação aos processos de dominação e subalternização que se reproduzem no interior de cada grupo familiar.

Nas trilhas abertas pela luta dos povos latino-americanos em direção à emancipação humana, a análise crítica das políticas sociais tem como **horizonte** a realização de uma práxis teórica e política potencializada pelas estratégias organizativas populares de pertencimento a um projeto coletivo de classe, radicalmente democrático, portanto revolucionário e anticapitalista (PAIVA, 2005, p 116).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como finalidade analisar a matricialidade sócio-familiar como referencial categorial que orienta os modelos de proteção social na América Latina, a fim de compreender em que medida essa matriz contribui para tornar a política social um mecanismo de socialização do poder e da riqueza produzida coletivamente.

A adoção do método crítico-dialético evidenciou, desde o início, a importância em primar por esta opção teórico-metodológica, no que possibilitou uma leitura e investigação iluminadas pelo horizonte da totalidade e assentadas na concreticidade dos fenômenos sociais. Sendo assim, analisou-se a realidade não como um aglomerado de partes, mas como uma unidade dialética de contraditórios, cujos determinantes e mediações saltaram à vista na apreensão da expressão fenomênica do objeto estudado: as políticas sociais.

O percurso via explicitação e aprofundamento da lógica global de acumulação capitalista, embasada na vertente marxista da *Teoria da Dependência*, tornou possível compreender como se configuram e conformam os mecanismos históricos de dependência e dominação na América Latina, bem como seu rebatimento na produção e reprodução da força de trabalho, conforme expressadas concretamente no continente.

O desenvolvimento do trabalho, localizando o eixo de análise na categoria da superexploração, revelou como se processa a determinação da *questão social* no continente, a qual, sustentada por uma exploração ainda mais intensa da força de trabalho, adquire aqui uma conotação profundamente severa, com implicações diretas nas condições de vida da classe trabalhadora.

O sistema capitalista dependente e periférico na América Latina assume particularidade que induzem ao conseqüente agravamento das condições de reprodução material de existência da maioria da população, que ademais se defrontam com respostas estereis frente às reais problemáticas sociais. As políticas sociais, imbuídas de medidas conservadoras e coercitivas, com caráter residual e focalista, distanciam com louvor a democratização do acesso das massas à riqueza socialmente produzida.

É nesta linha, que o exame sobre a configuração do Estado dependente na América Latina exige a percepção das políticas sociais desde um outro ângulo,

desta vez ímpar e imprescindível: a necessidade de sua constituição para além da mera acomodação de conflitos.

No escopo deste entendimento, a apropriação crítica do material bibliográfico-documental comprovou a inviabilidade de pensar a política social, como instrumento exeqüível de transformação social, se o prisma regulador limitar-se à matricialidade sócio-familiar.

Um dos aspectos a ressaltar, manifesto por meio da investigação do referencial empírico – documentos *cepalinos*, PNAS e produções no Brasil – se refere ao apelo mecânico às referências do *Welfare State* europeu. Ao nosso ver, um dos grandes problemas das análises sobre a centralidade da família na política social não é nem seu conteúdo, mas seu objetivo, ou seja, abordam corretamente a fragilização das famílias, a ausência do Estado, a precarização dos direitos sociais, todavia, erroneamente insistem na referência ao modelo *welfare* para pensar as políticas sociais no continente.

Dessa maneira, desconsideram que as configurações históricas e estruturais do capitalismo dependente na América Latina, portanto no Brasil obrigatoriamente, não podem ser decifradas desde uma ótica contagiada pelos fundamentos *welfaristas*. A perspectiva propagada da família como referência para a formulação das políticas sociais, a partir do seu conteúdo neoprivatizante, se mostrou correspondente a uma lógica tuteladora e psicologizante das políticas sociais, ao invés de uma conotação efetivamente protetiva e emancipadora. Assim, essa premissa não contribui para o engendramento de novas e efetivamente democráticas relações intra-familiares.

No horizonte da crítica radical, o que propomos, na condição de trabalhadores sociais diretamente vinculados a este espaço sócio-ocupacional, é pensar em outro referencial para que a política social se transforme em instrumento de socialização de renda e de poder, a qual permita a construção da autonomia dos sujeitos e a transformação social. Que seja, sobretudo, como uma referência libertadora da família em relação ao Estado, e dos seus membros em relação aos processos de dominação e subalternização que se reproduzem no interior de cada grupo familiar.

A integração soberana da América Latina e a possibilidade de modificação da sua realidade social e política, impera dotar as políticas sociais do caráter popular e protagônico das massas, ou seja, a "defesa e a ampliação da democracia constituem uma arma fundamental para os trabalhadores latino-americanos, já que é nesse

marco que eles poderão elevar seus níveis de organização e luta” (MARINI, 1992, apud, ESTENSSORO, 2003, p. 28,)

A ruptura com a lógica desabilitadora do caráter protagônico das massas, na direção de um projeto democrático-radical consubstanciado no compromisso ético-político da profissão de Serviço Social, deve comandar a investigação do pesquisador, contribuindo para ultrapassagem dos mecanismos de desmobilização e de subalternização, que descredenciam as estratégias de fortalecimento político da população.

Para além das *dores e delícias* de ser assistente social, a pesquisa e a produção do conhecimento no Serviço Social deve vincular-se privilegiadamente ao universo das massas espoliadas, tanto em seus processos de mobilização e luta coletivos, quanto ao cotidiano miúdo das famílias e indivíduos em direção a uma vida com direitos, proteção e dignidade.

Por esta razão vale a pena insistir que *é tempo de dotar as medidas de proteção social de conteúdos e estratégias que deflagrem a efetiva autonomia dos sujeitos*, na contramarcha dos processos de subalternização política, de exploração econômica e de exclusão sócio-cultural. Está em aberto o desafio de formulação e implantação de inovadoras e transformadoras metodologias de trabalho socioassistenciais, que possam subsidiar o atendimento das equipes multidisciplinares integrantes dos novos espaços governamentais da política de assistência social, agora sob a égide do SUAS.

Não obstante, pode-se dizer que está em curso na América Latina um importante processo de mobilização coletiva, com altos níveis de radicalização política, em busca da criação de um regime de propriedade social e coletiva²⁷.

O novo cenário que se descortina nas *colônias ao sul do Rio Bravo*²⁸, oferece fortes indícios desta afirmação, pois, a partir dos protestos populares que em

²⁷ Como grande parte das considerações foram sendo expostas no decorrer deste trabalho e considerando tratar-se de um estudo que pretendemos dar continuidade, cabe aqui algumas aproximações mais genéricas com as singularidades que as disputas no campo da política social têm adquirido na América Latina. Algumas aproximações provêm do projeto de pesquisa: PAIVA, Beatriz A.; ROCHA, Mirella F.; NORA, Naraiana I. *Família e Participação Popular: Antinomias dos Modelos de Proteção Social na América Latina*. 2007. Congrega ainda, algumas informações acerca dos resultados obtidos e apresentados em eventos durante o ano 2007: XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e 3º Encontro Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil.

²⁸ Termo empregado por Rampinelli (1999) para fazer alusão à América Latina. Este rio demarca parte da fronteira entre México e Estados Unidos, portanto, entre os países do chamado Primeiro

dezembro de 2001 permitiram uma saída popular à crise Argentina, assistimos na região à ascensão da mobilização de massas das classes subalternas em defesa de melhores condições de vida e trabalho.

Logo, foi possível observar que no Equador, na Bolívia, na Venezuela, entre outros países, esta decidida atuação em defesa de direitos básicos superou o tradicional limite estabelecido pelas políticas sociais e exigiu uma disputa muito mais clara pelo excedente econômico. É por esta razão que governos, como os dos presidentes Evo Morales e Hugo Chávez, encabeçaram o protesto popular e exigiram um novo patamar de política social onde a propriedade privada – inicialmente a estrangeira – e os recursos oriundos da propriedade estatal sobre recursos naturais, configuraram um novo ponto de partida para novas políticas sociais.

Apesar de no Brasil as autoridades afirmarem que faltam recursos para atender demandas de habitação, assistência social, saúde ou educação, em realidade ainda não se assumiu politicamente que a conjuntura econômica e o ciclo dos negócios permitem e, inclusive, exigem um novo nível de combate em defesa dos direitos sociais.

Se preferirmos examinar mais de perto as experiências organizadas diretamente no campo das políticas sociais, um dado precioso precisa ser aferido. Trata-se da experiência de organização do protagonismo popular, na perspectiva de socialização das estruturas de poder político, capazes de afetar, em favor das majorias, as decisões vitais no espaço dos direitos sociais, para muito além do que se tem pleiteado como participação social. Estas estratégias estão em curso em países como Venezuela, Equador, e Bolívia, além de iluminarem o processo revolucionário do povo cubano neste quase meio século de conquistas socialistas.

Pode dizer, assim, que de um lado, a América Latina vive intensos processos de mobilização popular que impulsionam medidas contundentes e radicais em direção a transformações na forma de produzir e acessar a riqueza social – com aporte estratégico de novas políticas sociais. De outro, deve-se reconhecer também que países como Brasil e Chile se mantêm reféns de tradicionais esquemas de dominação e sistemas de privilégios que ainda limitam e obstaculizam o arranjo de

esquemas de proteção social efetivamente capazes de ir além do horizonte da oferta das políticas sociais como mera estratégia de acomodação de conflitos ou caridade social.

Neste sentido, insistimos na importância de pensar a política social para além desse horizonte, privilegiando seu potencial político-emancipatório e situando sua processualidade histórica, inserida no lastro da disputa pelo excedente econômico expropriado das massas.

O que se espera com isso? “En suma: una economía encaminada a la elevación de los niveles de consumo y bienestar de las mayorías y vuelta integralmente hacia el desarrollo del hombre” (MARINI, 1984), onde, como já inspirava Marx (apud Paiva, 2007), *o livre desenvolvimento de cada um é a condição necessária para o livre desenvolvimento de todos.*

É preciso que a dimensão da luta social se aproprie cada vez mais da contradição que faz emergir as certezas, e que anuncia outra realidade possível:

Desatar las voces, desesoñar los sueños: escribo queriendo revelar lo real maravilloso, y descubro lo real maravilloso en el exacto centro de lo real horroroso de América. En estas tierras, la cabeza del dios Eleggúa lleva la muerte en la nuca y la vida en la cara. Cada promesa es una amenaza; cada pérdida, un encuentro. De los miedos nacen los corajes; y de las dudas, las certezas. Los sueños anuncian otra realidad posible y los delirios, otra razón. (GALEANO, 2004, p. 111).

REFERÊNCIAS

- ABREU, Haroldo Baptista de. O contexto histórico-social da crise dos padrões de regulação sócio-estatal. **Revista Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGESS, v. 1, n. 1, 1º semestre 1997.
- AMIN, Samir. **El Eurocentrismo, crítica de una ideología**. México: Siglo XXI Editores, 1989.
- _____. **La Acumulación a escala mundial: crítica de la teoría del subdesarrollo**. 4 ed. México: Siglo XXI Editores, 1979.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 4 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- ARRIAGADA, Irma; MATHIVET, Charlotte. Los programas de alivio a la pobreza Puente y Oportunidades. Una mirada desde los actores. In: **CEPAL/ONU**, Serie Políticas Sociales. N. 134, abril de 2007. Disponível em <<http://www.cepal.org/publicaciones>> Acesso em 20 jun 2007.
- ARRIAGADA, Irma. Políticas sociales, familia y trabajo en la América Latina de fin de siglo. In: **CEPAL/ONU**, Serie Políticas Sociales, n. 21 Nações Unidas, 1997. Disponível em <<http://www.cepal.org/publicaciones>> Acesso em 23 out 2007.
- _____. Familias latinoamericanas: Diagnóstico y políticas públicas en los inicios del nuevo siglo. In: **CEPAL/ONU**, Santiago de Chile, dec 2001. Disponível em <<http://www.cepal.org/publicaciones>> Acesso em 17 de nov 2007.
- BRASIL. República Federativa do. **Política Nacional de Assistência Social**. Versão final aprovada em novembro 2004. Disponível em <www.servicosocial.ufsc.br/ferramentas/ferramentas/upload/d/pnas_final.pdf> Acesso em 10 mar 2008.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. São Paulo: Papirus, 1986.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 4ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2000.
- CEPAL/ONU. **Estúdio Econômico de América Latina Y el Caribe 2005-2006**. Disponível em <<http://www.cepal.org/publicaciones>> Acesso em 08 de abril de 2007.
- COSTA, Jurandir Freire. A ética democrática e seus inimigos: o lado privado da violência pública. In: Nascimento, Elimar Pinheiro do (org.). **Ética**. Rio de Janeiro: Garamond/Codeplan, 1997.
- DURSTON, John. Capital social: parte del problema, parte de la solución en la persistencia y en la superación de la pobreza en América Latina y el Caribe. In: **CEPAL/ONU**. Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe:

en busca de un nuevo paradigma. Libros de la CEPAL, n. 71, 2003. Disponível em <<http://www.cepal.org/publicaciones>> Acesso em 21 ago 2007.

ENGELS, Friederich. **O Papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 1876. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/misc/macaco_homem.htm > Acesso em 30 jan 2008.

_____. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Escala, s/d.

ESTENSSORO, Luis. **Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina**. 2003. 286 f. **Tese** (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. Padrões de dominação externa na América Latina. In: BARSOTTI, P., PERICÁS, L. B. (orgs.). **América Latina: história, idéias e revolução**. 2 ed. São Paulo: Xamã, 1998.

FRANK, Andre Gunder. **América Latina: subdesarrollo o revolución**. México: Ediciones Era, 1976.

GALEANO, Eduardo. **El libro de los abrazos**. 15. ed. Buenos Aires: Catálogos, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.

KESSLER, Gabriel; ROGGI, María Cecilia. Programas de superación de la pobreza y capital social. La experiencia argentina de los 90 – Trabalho apresentado no Seminário: **Capital social y programas de superación de la pobreza: lineamientos para la acción**, Santiago de Chile, CEPAL/ONU, 10 y 11 de noviembre de 2003. Disponível em <<http://www.cepal.org/publicaciones>> Acesso em 15 abr 2007.

KONDER, Leandro. A “vitória do realismo” num poema de Drummond. In: COUTINHO, Carlos Nelson *et all*. **Realismo e anti-realismo na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. Comentário a Raúl Sendic. **Cuadernos Políticos**, n. 41, Ediciones Era, México, jul-dec de 1984, p. 110-112. Disponível em: <http://www.lafogata.org/sendic/sendic_27-7.htm> Acesso em 28 jan 2008.

_____. **Subdesarrollo y Revolución**. 10 ed. México: Siglo XXI Editores, 1980.

_____. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). In: **Revista Mexicana de Sociología**, número especial, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, México, 1978. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx>> Acesso em 21 dez 2007.

_____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, n. 12, Ediciones Era, México, abril-junio de 1977. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx>> Acesso em 10 fev 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 24 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Vol I, Livro I; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, Mione A.; MATOS, Maurílio C.; LEAL, Maria C.; (orgs.). **Política Social, Família e Juventude**. São Paulo: Cortez, 2004, p.43-59

_____. As famílias no terceiro milênio: um espaço a ser cuidado. **Reflexão**, Florianópolis, 2001.

_____. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n 55, p. 114-130, abr, 1997.

MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, Cezar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. O Sistema Único de Assistência Social e a formação profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XXVI Especial, n. 87, p. 163-177, set. 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

OURIQUES, Nildo Domingos; RAMPINELLI, Waldir José (orgs.). **Os 500 anos: a conquista interminável**. 3 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

PAIVA, Beatriz Augusto de; OURIQUES, Nildo. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Revista Katálysis**. Florianópolis, vol. 9, n. 2, p. 166 – 175, jul/dez 2006.

PAIVA, Beatriz A.; ROCHA, Mirella F.; NORA, Naraiana I. **Família e Participação Popular**: Antinomias dos Modelos de Proteção Social na América Latina. [Projeto de Pesquisa em andamento]. CNPq/UFSC: 2007/2009.

PAIVA, Beatriz Augusto de. Ciências sociais e políticas sociais na América Latina: a invenção da crítica radical. **O Mapa da Crise – a reinvenção das Ciências Sociais na América Latina** (Coletânea de artigos apresentados no evento anual do OBSERVATÓRIO LATINO-AMERICANO - OLA/UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, de 15 a 19 de agosto de 2005), 2007 [no prelo].

_____. O SUAS e os direitos sócio-assistenciais: a universalização da seguridade social em debate. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XXVI Especial, n. 87, p. 05 – 24 set. de 2006.

_____. A política de financiamento da assistência social: a imprecisa tradução da LOAS. 423 f. **Tese** (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2003.

PEREIRA, Potyara A. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RACZYNSKI, Dagmar; SERRANO, Claudia. Programas sociales y capital social em Chile. Evidencias y aprendizaje. Trabalho apresentado no Seminário: **Capital social y programas de superación de la pobreza: lineamientos para la acción**. Santiago de Chile, CEPAL/ONU, 10 y 11 de novembro de 2003. Disponível em <<http://www.cepal.org/publicaciones>> Acesso em 15 de abril de 2007.

RAMPINELLI, Waldir. A Falácia do V Centenário. In: OURIQUES, Nildo Domingos; RAMPINELLI, Waldir José (orgs.). **Os 500 anos: a conquista interminável**. 3 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ROCHA, Mirella Farias. Capitalismo dependente e gasto social na América Latina: Brasil e Venezuela no século XXI. 83f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SALAMA, Pierre. A financeirização excludente: as lições das economias latino-americanas. In: CHESNAIS, François (coord.). **A mundialização financeira: gênese custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

SAMPAIO JR., Plínio Arruda. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Theotonio dos. La teoría de la dependencia un balance histórico y teórico. In: **Los retos de la globalización**. Ensayo en homenaje a Theotonio Dos Santos. Francisco López Segre (ed.). UNESCO, Caracas, Venezuela. 1998. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/unesco/santos.rtf>> Acesso em 10 fev 2008.

SERRANO, Claudia. Familia como unidad de intervención de políticas sociales. Notas sobre el Programa Puente - Chile Solidario. In: ARRIAGADA, Irma (org.) **Seminarios y conferencias**, séries CEPAL/ONU, n. 46. Santiago de Chile, oct 2005.

SILVA, Ludovico. **Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos y marxianos**. Caracas: Monte Avila Editores, 1974.

SOJO, Ana. La trayectoria del vinculo entre políticas selectivas contra la pobreza y políticas sectoriales. **Revista de la CEPAL**, n. 91, abril 2007.

SUNKEL, Guilherme. El papel de la familia en la protección social en America Latina. In: **CEPAL/ONU**, Serie Políticas Sociales. n. 120, abril de 2006. Disponível em <<http://www.cepal.org/publicaciones>> Acesso em 09 mai 2007.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.